



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

JOSUAN DE CARVALHO DA CUNHA
RODRIGO JORGE SIQUEIRA

**A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
A3P NA REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DO
TOCANTINS – IFTO**

Palmas
2015

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**JOSUAN DE CARVALHO DA CUNHA
RODRIGO JORGE SIQUEIRA**

**A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
A3P NA REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DO
TOCANTINS – IFTO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora do
CST em Gestão Pública do IFTO –
Campus Palmas, como exigência final
para obtenção do grau Superior de
Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Profº. Esp. Madson Teles de Souza.

Palmas
2015

De Carvalho da Cunha, Josuan; Jorge Siqueira, Rodrigo
A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P
na Reitoria do Instituto Federal do Tocantins - IFTO / Josuan
de Carvalho da Cunha; Rodrigo Jorge Siqueira. – Palmas, 2015
85 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em CST
em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação do
Tocantins, Campus Palmas, 2015.

Orientador(a): Prof. Esp. Madson Teles Souza

1. Gestão Ambiental 2. Sustentabilidade I. Título

JOSUAN DE CARVALHO DA CUNHA
RODRIGO JORGE SIQUEIRA

**A AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
A3P NA REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DO
TOCANTINS – IFTO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora do
CST em Gestão Pública do IFTO –
Campus Palmas, como exigência final
para obtenção do grau Superior de
Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Orientador Madson Teles de Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Prof. Msc. Robleik Barbosa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Prof. Esp. Luiz Antônio Lopes Toledo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus por mais esta conquista.

Aos professores do Curso de Gestão Pública, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, com quem tivemos a oportunidade de aprender novos conceitos, construir novos valores e, principalmente ter a felicidade de experimentar novas formas de percepção dos fatos que se colocavam e se colocarão a nossa frente, aos amigos do curso, em especial, ao Professor e amigo Madson Teles de Souza pela orientação e suporte ao longo da realização deste TCC.

Aos familiares pelo incentivo dado.

Agradeço ainda, a todos aqueles valorosos servidores, que implementam a A3P, e gentilmente colaboraram com este trabalho.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal estudar as práticas utilizadas quanto à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P na Reitoria do Instituto Federal do Tocantins – IFTO. A implantação da A3P em órgãos públicos visa inserir um sistema de Gestão Ambiental em toda a organização, combatendo o desperdício dos bens públicos e recursos naturais, além de incluir critérios socioambientais. Constitui-se ainda numa nova proposta de gestão que incentiva a educação ambiental. Busca-se destacar a relevância da criação da Agenda 21, que é um programa de ação que visa à implementação do desenvolvimento sustentável e da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, cujo objetivo é o de estimular os agentes públicos a incorporar princípios da gestão ambiental em suas atividades diárias para o combate ao desperdício e para busca de uma melhor qualidade do ambiente de trabalho, gerando com isso uma economia de recursos naturais e uma redução de gastos públicos por meio do uso mais racional dos bens públicos e da adequada gestão dos resíduos. O trabalho pode contribuir, como uma fonte de consulta sobre o tema, cujas publicações ainda são escassas no país, incentivando assim a adoção da A3P em outras instituições públicas. E por fim, destacam-se as ações já realizadas no âmbito da Reitoria do Instituto Federal do Tocantins.

Palavras-chave: Gestão Ambiental; Agenda Ambiental na Administração Pública; Sustentabilidade.

ABSTRACT

This work aimed to study the practices used in the Environmental Agenda in Public Administration - A3P the Rectory of the Federal Institute of Tocantins - IFTO. The implementation of A3P in public agencies aim to insert an Environmental Management system throughout the organization, fighting the waste of public assets and natural resources, in addition to include social and environmental criteria. Still constitutes itself in a new proposal management that encourages environmental education. The aim of this study is to show the importance of the Agenda 21 creation, which is an action program that aims the implementation of sustainable development and the Environmental Agenda in Public Administration - A3P, whose aim is to encourage Civil Servants to embody environmental management principles in their daily activities to fight waste and search for more quality in a working environment, and generate a saving of natural resources, reducing the public spending through the more rational use of public goods and the proper management of residues. This work can contribute as a source of information about topic, whose publications still are scarce in the country, thereby encouraging the adoption of A3P in other public institutions. Finally, shows the actions carried out within the Rectory of the Federal Institute of Tocantins.

Keywords: Environmental Management; Environmental Agenda in Public Administration; Sustainability.

“A natureza pode suprir todas as necessidades do homem, menos a sua ganância.” (Mahatma Gandhi).

“Damnum quod quis sua culpa sentit sibi debit non aliiis imputare.

O dano que alguém padece por culpa própria deve imputar a si, não a outros. ” (Autor desconhecido)

*“A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe”.
(Jean Piaget).*

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública.
ASCAMPA	Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas.
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas.
EA	Educação Ambiental.
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
GETAT	Grupo Executivo das Terras de Araguaia Tocantins.
IFES	Instituições de Ensino Superior.
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
MEC	Ministério da Educação.
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.
MIRAD	Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
PES	Projeto Esplanada Sustentável.
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável.
PQV	Programa Qualidade de Vida.
PROAD	Pró-reitoria de Administração.
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.
PROEN	Pró-reitoria de Ensino.
PROEX	Pró-reitoria de Extensão.
PRODI	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional.
PROPI	Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação.
QVT	Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho.
SGA	Sistema de Gestão Ambiental.
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação.
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2013.....34

Tabela 2 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2014.....35

Tabela 3 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2015.....36

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2013.....	34
Gráfico 2 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2014.....	35
Gráfico 3 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2015.....	36

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
2.	AGENDA AMBIENTAL NA ADMINITRAÇÃO PÚBLICA – A3P	16
2.1	Políticas Públicas e Legislação	16
2.2	Breve histórico do IFTO	18
2.3	A3P na Reitoria do IFTO	20
2.4	Eixos temáticos da A3P	21
2.4.1	Uso racional dos recursos	21
2.4.2	Gestão adequada dos resíduos gerados.....	24
2.4.2.1	O Princípio dos 5 R's	24
2.4.3	Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho (QVT)	25
2.4.4	Sensibilização e Capacitação	27
2.4.5	Licitação Sustentável.....	29
3.	AÇÕES NO IFTO.....	31
3.1	Necessidade da Gestão Ambiental no Serviço Público.....	31
3.2	Coleta Seletiva Solidária no IFTO	33
3.3	Programa Qualidade de Vida	37
3.3.1	Lançamento do PQV em outras unidades	37
3.4	Projeto Esplanada Sustentável	39
3.5	A3P nos <i>Campi</i>	41
4.	ADEQUAÇÃO A PRÁTICAS PROPOSTAS PELO A3P- MMA	43
4.1	Das práticas para ampliação	43
4.2	Oportunidades de aperfeiçoamento	44
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	51
	ANEXO A – PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA A3P.....	53
	ANEXO B – TERMO DE ADESÃO MMA/A3P/2011 - IFTO	59
	ANEXO C – TERMO DE COOPERAÇÃO COM ASCAMPA.....	65
	ANEXO D – IMAGENS DA A3P NO ÂMBITO DO IFTO	72
	ANEXO E – INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P	78

1. INTRODUÇÃO

O cenário atual do meio ambiente desafia os diferentes atores a preservar os recursos naturais e ao mesmo tempo, possibilitar um desenvolvimento social justo e sustentável, permitindo que a sociedade atual e futura atinja uma melhor qualidade de vida em todos os aspectos.

A sustentabilidade, pauta das principais reuniões mundiais, é foco de discussões corporativas, governamentais e acadêmicas. Em qualquer que seja o cenário de discussão, a temática expressa sua importância e relevância.

Para discutir a sustentabilidade, as entidades governamentais de todo o mundo se reuniram pela primeira vez na Conferência de Estocolmo no ano de 1972, na Suécia. Porém a primeira proposta consistente de desenvolvimento sustentável se deu na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), que ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil em 1992, quando foi criada a Agenda 21, que de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2011a), é “um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”.

Assim, em uma ótica macro, avaliar e comunicar o desempenho de sustentabilidade de suas atividades são processos que vem sendo cada vez mais praticados por organizações privadas, que enfrentam grandes mudanças e o acirramento da concorrência pela preferência do cliente, tornando-se fundamental atender aos altos padrões de exigências de um mercado que passa a enxergar a sustentabilidade como um critério de seleção e não como um adicional de serviço prestado.

Para Ramos (2004), já o setor público apresenta características diferentes do setor privado, presentes em diferentes níveis, designadamente, organizacional e funcional e, em particular, em relação aos objetivos e políticas, metas, serviços e produtos. As organizações públicas são criadas para dar respostas e resultados a determinadas necessidades da sociedade.

Boland e Fowler (2000) versam que ao contrário do setor privado, as organizações públicas não visam lucro e tem um fraco potencial de gerar receitas. A

maioria das receitas que são geradas em organizações públicas é proveniente do Estado, ficando essas responsáveis a prestar contas a uma multiplicidade de agentes interessados.

Nesse sentido, a Administração Pública, além de normatizar e fiscalizar as ações provenientes da iniciativa privada, no sentido de promover a sustentabilidade, deve também ser agente ativo nas ações que permitam o desenvolvimento sustentável. Ou seja, a administração pública é tão promotora da sustentabilidade ambiental quanto à iniciativa privada. Assim, com base nesta premissa, o Governo Brasileiro, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), tal agenda baseia-se nas diretrizes propostas pela Agenda 21 e é aplicável a Administração Pública direta e indireta, nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Para Petrone (2010), à Agenda 21 pode fornecer, avaliando do ponto de vista estratégico (longo prazo), os instrumentos para viabilização do engajamento e do comprometimento, ou seja, a motivação para a adesão que está faltando no momento. Do ponto de vista gerencial (médio prazo), os resultados, no sentido de economia ou redução dos desperdícios, parecerão prejudicados ou inexistentes, e a aparência de retrocesso funciona como um laço de realimentação da desmotivação e da diminuição da adesão.

Buscando na esfera da Agenda 21, atuação predominantemente na educação ambiental e na capacitação para a cidadania como ferramenta construção coletiva de novos valores mais sustentáveis.

Embora não seja regulamentada por força de Lei e, portanto, sua adoção não seja compulsória, a A3P é recomendada pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, órgão responsável pelo gerenciamento das políticas públicas direcionadas a implantação e manutenção da A3P (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2011a). Concomitantemente, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), enquanto entes integrantes da Administração Pública, também, podem aderir ao desenvolvimento da A3P.

A implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P no IFTO impulsionada pela aplicação dos princípios da eficiência, da economicidade e na busca de ferramentas de gestão que auxiliem nas necessidades

de desenvolvimento sustentável, é uma proposta com o fim desenvolver uma resposta quantitativa e qualitativa em questões ambientais e sustentáveis para Administração Pública.

Bem como, é crescente o número de Entidades Estatais aderindo ao uso contínuo, das mais diversas práticas sustentáveis, como resposta às demandas de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social.

O tema abordado sem dúvida é de extrema importância, visto a alta demanda de novas práticas de sustentabilidade, e aplicação de meios viáveis de aliar os princípios da administração pública, como os da economicidade, eficiência entre outros, com atitudes de gestão do dia a dia administrativo, bem ainda, a falta de maiores estudos na área, auxiliaram para a delimitação do tema abordado no presente estudo.

Cabe salientar a fonte inesgotável de debate, o que por si só já justifica a exploração do tema, ademais é novo nicho, que necessita de profissionais preparados para um mercado de trabalho (público e privado) cada vez mais carente de boas práticas administrativas.

Deste modo, toda demanda que surge tem como condição *sine qua non* a necessidade de ser estudada de maneira a possibilitar maiores informações, a fim de classificá-la, caracterizá-la e adaptá-la aos moldes atuais utilizados nas organizações públicas de todas as esferas e áreas.

A presente investigação, a desenvolver-se no campo da gestão pública, centra-se na análise e estudo do processo de implantação e acompanhamento da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P no âmbito da Reitoria do Instituto Federal do Tocantins e insere-se no contexto de sustentabilidade ambiental do governo federal, que busca a construção de uma nova cultura institucional nos órgãos e entidades públicos.

O trabalho em tela teve por objetivo analisar as práticas ambientais realizadas na Reitoria do Instituto Federal do Tocantins - IFTO inerentes à A3P, identificando e estudando as práticas adotadas, realizando um diagnóstico das práticas ambientais utilizadas na instituição em estudo (IFTO), bem como no próprio local físico de instalação da Reitoria, a fim de apresentar as práticas aplicadas

nestes processos, demonstrando o papel adotado pelos diversos profissionais envolvidos nestes tipos de ações.

O método adotado na elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso foi pautado pela pesquisa bibliográfica, que fundamenta o estudo, correlacionando-o com levantamentos legislativos e aplicações práticas acerca do tema.

A fim de discorrer sobre a importância da Agenda Ambiental na Administração Pública no cenário público nacional foram realizadas amplas pesquisas bibliográficas. Tal método objetivou conhecer e analisar de forma científica o assunto, tema ou problema da pesquisa.

Inicialmente foi feito o levantamento de material relevante para o presente tema e posteriormente a leitura cuidadosa de modo a caracterizar de forma clara a importância dessas práticas para gestão pública brasileira. Essa breve caracterização é importante para melhor compreensão da atuação da A3P e os seus objetivos. Também, para auxiliar, foram realizadas pesquisas junto à textos científicos como artigos, dissertações, monografias, bem como, publicações na área em questão.

Deste modo, o presente estudo, como um todo, pode ser classificado como de natureza Descritivo-Exploratório, descritivo, pois procurou descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com as variáveis, sua natureza e características (SEVERINO 2000). Foi também exploratório, pois igualmente procurou averiguar, com a maior precisão possível, a regularidade com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros.

Assim, para se analisar se legislação socioambiental tem influenciado as ações adotadas pelo IFTO – Reitoria, foram realizadas as seguintes etapas: coleta de dados junto à Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, bem como, exame de tais resultados, posteriormente, de acordo com o exame dos dados obtidos, buscou-se efetuar a análise comparativa, apresentando as ações antes e depois da implementação da A3P.

A partir dessa correlação, os resultados obtidos foram analisados, de forma a constatar os efeitos que a A3P tem nas rotinas adotadas pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia.

Tal metodologia teve por fim, propiciar a maior fundamentação teórico para o estudo, fornecendo-lhe credibilidade, e conhecimentos concretos e sedimentados.

Em suma o trabalho se desenvolveu através de revisão crítica da leitura, acesso a bibliografia e ficha bibliográfica, pesquisas dos órgãos gestores do programa A3P e em ações comparadas já aplicadas e organizações diversas.

2. AGENDA AMBIENTAL NA ADMINITRAÇÃO PÚBLICA – A3P

2.1 Políticas Públicas e Legislação

A3P, como é mais conhecida, é o acrônimo de Agenda Ambiental na Administração Pública. A3P surgiu em 1999, um projeto do Ministério do Meio Ambiente, tendo como alvo rever padrões de produção e consumo, bem como, aderir novos referenciais de sustentabilidade ambiental nos órgãos públicos. No ano 2001, se tornou o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, com intuito de sensibilizar os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras. Tamaña importância, fez com que o programa fosse o vencedor do prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente, propiciando o reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2002, e tornando ainda mais justificável suas diversas implementações nas esferas públicas.

A A3P tem como alvo enfrentar problemas ambientais, observando estratégias inovadoras condizentes com ecossistema sustentável. A cartilha “A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública”, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, aduz que esse programa objetiva:

“Incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão, desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho”.

Corroborando ainda, como fundamento a essa prática o disposto no artigo 225, da Constituição Federal de 1988, em que se observa que todos os órgãos públicos têm a obrigatoriedade de considerar a tutela ambiental:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas. (grifou-se)

Bem ainda, a regulamentação espaça vasta que disciplina o tema, tais como: a Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico; Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; Lei 9.795, de 27 de abril de 1999,

dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e Medida Provisória Nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, à proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, entre outras que serão abordadas no presente trabalho.

2.2 Breve histórico do IFTO

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTO 2015-2019 (2014) traz um breve histórico acerca da criação do IFTO, e do qual cabe destacar: A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, equiparando-os às Universidades Federais. Adiciona ainda o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, estimula à pesquisa, a produção cultural e a extensão vinculada à responsabilidade social e o vínculo direto com a melhoria do ensino médio. Estabelece o mínimo de 50% das vagas para cursos técnicos integrados de nível médio, 20% para as licenciaturas e 30% para outras ofertas.

A Lei nº 11.892, em seu Art. 5º, determina: “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: ...XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins”.

A Escola Agrotécnica Federal de Araguatins foi criada pelo Decreto nº. 91.673, em 20 de setembro de 1985, onde foi designada a funcionar o 1º e 2º graus profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada em 23 de março de 1988.

A instalação da Escola Agrotécnica Federal foi feita em cooperação com o Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), por intermédio do Grupo Executivo das Terras de Araguaia Tocantins – GETAT. O GETAT foi

autorizado a adotar providências necessárias junto ao Ministério da Fazenda para aceitação, pela União, da doação de uma área de 561,84 hectares de terras férteis banhadas pelo rio Taquari em 8 km de extensão, no município de Araguatins, de que trata a Lei Municipal nº 321, de 08 de outubro de 1984, para a instalação da Escola Agrotécnica Federal.

Em 16 de novembro de 1993, pela Lei nº 8.731, a Escola foi convertida em uma Autarquia Federal, oferecendo os cursos de Ensino Médio e cursos de Técnico Agrícola nas Habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia.

Já a Escola Técnica Federal de Palmas, criada com a publicação da Lei nº 8.670, de 30.06.1993, e, após longo período de procedimentos para a sua construção, veio a funcionar a partir do dia 10.03.2003, com três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática.

A Reitoria do Instituto Federal do Tocantins se localiza em Palmas. Além dos *campi* de Araguatins e Palmas, os quais lhe deram origem, o Instituto Federal do Tocantins é ainda composto pelos *campi* Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional e pelos *campi* avançados Formoso do Araguaia, Pedro Afonso e Lagoa da Confusão, estes três últimos em fase de implantação.

Localizada na cidade de Palmas-TO, a Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) é o órgão executivo responsável pela coordenação dos *campi*.

Tem entre suas principais funções programar, desenvolver e acompanhar políticas educacionais, administrativas, de desenvolvimento tecnológico e de ação social, além de gerenciar e supervisionar a gestão sistemática do Instituto Federal do Tocantins, seguindo diretrizes institucionais preestabelecidas, como também as normas e leis que normatizam sua atividade; também é sua função planejar o futuro, ouvindo sempre as comunidades interna e externa, inclusos discentes, egressos, docentes, técnicos administrativos, sociedade e governo, considerados públicos-alvo.

A Reitoria é o órgão administrativo superior do IFTO, subordinado ao Conselho Superior, órgão máximo do Instituto Federal do Tocantins. O reitor do IFTO ocupa o cargo por quatro anos. Sua seleção é realizada através de consulta a

comunidade, respeitada a paridade eleitoral. A reitoria abrange o Gabinete do Reitor, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), a Pró-reitoria de Administração (PROAD), a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI), a Pró-reitoria de Ensino (PROEN), a Pró-reitoria de Extensão (PROEX), a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) e órgãos de assessoramento: Ouvidoria, Auditoria e Procuradoria.

2.3 A3P na Reitoria do IFTO

O Início do programa A3P na Reitoria do IFTO se deu no final do ano de 2011, quando foi firmado acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente - MMA para implantar e executar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P – no âmbito do IFTO.

Assim, de forma a impulsionar o projeto em 2012 foi realizada a assinatura do Acordo de Cooperação com a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas (ASCAMPA), visando implantar a coleta seletiva solidária no Instituto e a troca de experiências na área de educação ambiental, a coleta seletiva se dá na sede da Reitoria e no *Campus* Palmas, já no ano de 2013 tal ação começou a ser mensurada.

Como ação prática foram adquiridas lixeiras seletivas para Reitoria e os *Campi*, e produzido material gráfico de conscientização ambiental, tais como diminuição de gastos de água e energia elétrica.

Bem ainda, o Instituto Federal do Tocantins ao longo destes últimos anos vem procurando realizar suas contratações ou aquisições utilizando critérios e práticas de sustentabilidade, como exemplo cita-se: aquisição de aparelhos de ar condicionado com tecnologia INVERTER, ou seja, mais eficientes, gerando uma economicidade de energia em torno de 20%, aquisição de equipamentos eletroeletrônicos sempre que possível com selo classe “A” do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL); aquisição de material gráfico utilizando em sua grande parte papel reciclado. Relativo às obras de engenharia o corpo técnico do IFTO vem buscando implementar ações que visem à eficiência nas novas edificações, como exemplo: captação de água de chuva, tipo de iluminações mais eficientes, dentre outras.

A Comissão Central do A3P tem disponíveis diretrizes objetivas para serem utilizadas na Elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) que será elaborado no ano de 2015.

Ações:

- Coleta seletiva solidária;
- Programa qualidade de vida;
- Projeto esplanada sustentável;
- A3P nos *campi*;
- Acompanhamento das licenças ambientais junto aos órgãos responsáveis: IBAMA, Naturatins etc.

2.4 Eixos temáticos da A3P

A A3P é dividida em cinco eixos temáticos: uso racional de recursos; gestão de resíduos; sensibilização e capacitação dos servidores; qualidade de vida no ambiente de trabalho e licitações sustentáveis.

2.4.1 Uso racional dos recursos

Segundo a Cartilha A3P (2009), o uso racional dos recursos naturais e bens públicos implicam em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.

Estudos apontam que o consumo dos recursos naturais já excede em 30% a capacidade do planeta de se regenerar, se for mantido o ritmo atual, somado ao crescimento populacional, em torno de 2030 será preciso de mais dois planetas para manter a sobrevivência da raça humana.

O acúmulo de riqueza e o consumo cada vez maior de bens e serviços fazem parte das sociedades e economias modernas. Infelizmente, a cultura do

desperdício é a marca do século XXI, fruto de um modelo econômico apoiado em padrões de consumo e produção insustentáveis, que ultrapassa as camadas de alta renda e paradoxalmente atinge as camadas menos favorecidas.

Tanto a proteção ambiental em face da crescente demanda como a potencialização de novas possibilidades de oferta ambiental adquiriram importância extraordinária, cuja influência sobre o desenvolvimento se torna cada vez mais relevante. Uma abordagem básica relacionada às preocupações ambientais se constitui na utilização positiva do meio ambiente no processo de desenvolvimento. Trata-se da valorização de recursos que ainda não haviam sido incorporados à atividade econômica. É recurso hoje o que não foi recurso ontem. Poderá ser recurso amanhã o que não foi percebido hoje como recurso.

Como exemplo, tem-se inúmeras previsões relativas à escassez de água, em consequência da desconsideração da sua esgotabilidade. A água é um dos recursos naturais fundamentais para as diferentes atividades humanas e para a vida, de uma forma geral.

O planeta tem apenas 3% de água doce, desse montante o Brasil detém 13% dessa água. Esta visão de abundância, aliada à grande dimensão continental do País, favoreceu o desenvolvimento de uma consciência de inesgotabilidade, isto é, um consumo distante dos princípios de sustentabilidade e sem preocupação com a escassez. A elevada taxa de desperdício de água no Brasil, 70%, comprova essa despreocupação.

Figura 1 - percentual água desperdiçada no Brasil, período 2008-2013.



Fonte: Google imagens.

Figura 2 - comparativo de percentual água desperdiçada em alguns países no mundo.



Fonte: Google imagens.

O Brasil passou a viver, a partir de 2014, os primeiros grandes focos daquilo que pode ser a maior crise hídrica de sua história. Com um problema grave de seca e também de gestão dos recursos naturais, o país vem apresentando níveis baixos em seus reservatórios em épocas do ano em que eles costumam estar bem mais cheios. Essa ocorrência, de certa forma, representa uma grande contradição, pois o Brasil é considerado a maior potência hídrica do planeta.

Atualmente, São Paulo é o estado que vem passando por maiores dificuldades, o que vem atraindo uma grande atenção da mídia, pois a capital paulista, que é a área mais povoada do país, é a protagonista desse cenário. Nesse caso, uma seca total pode afetar a vida de dezenas de milhões de pessoas. O reservatório do Sistema Cantareira, o principal da cidade, vem apresentando sucessivos recordes de baixas em seu volume, o que torna o contexto em questão ainda mais desfavorável.

Além da má distribuição dos recursos hídricos e dos problemas de gestão no território nacional, o problema da escassez de água no Brasil também perpassa pelas recentes secas que vêm afetando o país. Nos últimos anos, principalmente em 2014, os níveis de precipitação ficaram muito abaixo do esperado, por isso, os reservatórios em todo país mantiveram baixas históricas, principalmente na região Sudeste.

Quanto à energia, o Brasil viveu no início de 2008 a iminência de um novo apagão de energia. A falta de chuvas colocou o país em estado de alerta, temendo uma repetição da crise de 2001.

O consumo de energia elétrica está aumentando cada vez mais e é um fator bastante preocupante pela possibilidade de afetar a vida da população. Surge então a necessidade de utilizá-la de modo inteligente e eficaz. Nesse cenário, a eficiência energética assume hoje uma importância capital no desempenho empresarial e no equilíbrio financeiro das famílias, sociedade e governos.

2.4.2 Gestão adequada dos resíduos gerados

Segundo a Cartilha A3P (2009), a gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.

A situação do manejo de resíduos sólidos no país é um assunto que tem recebido cada vez mais atenção por parte das instituições públicas, em todos os níveis de governo. Os governos federal e estaduais têm aplicado mais recursos e criado programas e linhas de crédito específicas voltadas para a gestão adequada dos resíduos.

Conforme a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB, 2000), são coletados, diariamente, cerca de 230 toneladas de resíduos sólidos, sendo mais de 50% referente aos resíduos domiciliares. Outra parte significativa desses resíduos é gerada pela administração pública na realização de suas atividades. Entre os resíduos produzidos em maiores quantidades encontram-se: papéis, plásticos, cartuchos e tonners, lâmpadas fluorescentes, lixo eletrônico e, em menor quantidade, vidros e metais, além de pilhas e baterias.

2.4.2.1 O Princípio dos 5 R's

Segundo a Cartilha A3P (2009), a política dos 5R's tem sido abordada em projetos de Educação Ambiental (EA) que trabalham a questão dos resíduos sólidos como tema gerador. Em relação à política dos 3R's, amplamente difundida e anterior a essa última, a política dos 5R's apresenta a vantagem de permitir aos

administradores uma reflexão crítica do consumismo, ao invés de focar na reciclagem.

Segundo o Manual de Educação para o Consumo Sustentável, “a reciclagem é uma das alternativas de tratamento de resíduos sólidos mais vantajosa, tanto do ponto de vista ambiental como do social. Ela reduz o consumo de recursos naturais, poupa energia e água e ainda diminui o volume de lixo e a poluição. Além disso, quando há um sistema de coleta seletiva bem estruturado, a reciclagem pode ser uma atividade econômica rentável. Pode gerar emprego e renda para as famílias de catadores de materiais recicláveis, que devem ser os parceiros prioritários na coleta seletiva”.

Figura 3 - folder de conscientização da pratica 5 R's.



Fonte: Google imagens.

2.4.3 Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho (QVT)

Segundo Petrone (2010), o foco na qualidade de vida é a palavra de ordem; o objetivo da A3P envolve o ambiente de trabalho: espalhar informações e incentivar novos hábitos entre os colegas; mas o que tem maior impacto social é o servidor levar o que aprendeu para casa e para a família e colocar em prática os conhecimentos em todas as suas escolhas: consumo consciente, ou seja, redução de desperdícios com cuidados simples, diminuição do consumo supérfluo e tomada de decisões de investimento levando em conta o consumo de recursos ao longo do tempo, não somente o investimento inicial.

Do mesmo modo, a Cartilha A3P (2009), define a qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.

A administração pública deve buscar permanentemente uma melhor Qualidade de Vida no Trabalho promovendo ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores. Para tanto, as instituições públicas devem desenvolver e implantar programas específicos que envolvam o grau de satisfação da pessoa com o ambiente de trabalho, melhoramento das condições ambientais gerais, promoção da saúde e segurança, integração social e desenvolvimento das capacidades humanas, entre outros fatores.

Tal qualidade de vida visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização tendo como ideia básica o fato de que as pessoas são mais produtivas quanto mais satisfeitas e envolvidas com o próprio trabalho. Portanto, a ideia principal é a conciliação dos interesses dos indivíduos e das organizações, ou seja, ao melhorar a satisfação do trabalhador dentro de seu contexto laboral, melhora-se consequentemente a produtividade.

Entre os muitos fatores que implicam a melhoria na qualidade de vida no trabalho, segue abaixo algumas ações que podem ser implantadas:

- Uso e desenvolvimento de capacidades:
 - Aproveitamento das habilidades;
 - Autonomia na atividade desenvolvida;
 - Percepção do significado do trabalho.
- Integração social e interna:
 - Ausência de preconceitos;
 - Criação de áreas comuns para integração dos servidores;
 - Promoção dos relacionamentos interpessoais;
 - Senso comunitário.
- Respeito à legislação:

- Liberdade de expressão;
- Privacidade pessoal;
- Tratamento imparcial.
- Condições de segurança e saúde no trabalho:
 - Acesso para portadores de deficiência física;
 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
 - Controle da jornada de trabalho;
 - Ergonomia: equipamentos e mobiliário;
 - Ginástica laboral e outras atividades;
 - Grupos de apoio antitabagismo,
 - Alcoolismo, drogas e neuroses diversas;
 - Orientação nutricional;
 - Salubridade dos ambientes;
 - Saúde Ocupacional.

2.4.4 Sensibilização e Capacitação

Segundo a Cartilha A3P (2009), a sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.

Ademais, programas e projetos de sensibilização e capacitação são instrumentos essenciais para construção de uma nova cultura de gerenciamento dos recursos públicos, provendo orientação, informação e qualificação aos gestores públicos e permitindo um melhor desempenho das atividades implantadas. A formação dos gestores pode ser considerada como uma das condicionantes para a

efetividade da ação de gestão socioambiental no âmbito da administração pública e deve ser estimulada.

A capacitação profissional é essencial para instrumentar uma nova abordagem a respeito de hábitos de consumo e padrões de comportamento do ambiente no ambiente de trabalho, uma vez que o desconhecimento do programa e dos resultados enfraquece a adesão.

Contudo, neste processo muitas vezes desconsideram-se fatores fundamentais relacionados à cultura das pessoas e das organizações que estão inseridos. Mudança de vida para os servidores é um ponto de vista necessário; não é só vincular a ideia de reciclagem de resíduos para reestruturação de vida dos catadores organizados em cooperativas.

Para Petrone (2010), é fundamental criar um sentido de pertencimento para a mobilização: “o servidor não está sendo solidário, está recebendo algo em troca, que faz sua vida ser mais importante. Manter o foco na qualidade de vida é fundamental, bem como evitar ações que gerem barreiras nos comportamentos”.

Acrescenta, que a adesão ao Programa A3P não é o ato primordial na etapa construtiva da sustentabilidade administrativa, é o primeiro passo; é fundamental que tenham respaldo da Secretaria ou Empresa para dar continuidade e criar condições favoráveis para atingir o objetivo estratégico de internalização dos valores da sustentabilidade (e da participação).

É a mais profunda garantia de durabilidade dos resultados gerenciais conquistados (economia por melhoria de eficiência no consumo de recursos) e de adesão voluntária dos funcionários ao programa, que é condição operacional fundamental para o sucesso; a participação na reciclagem e na economia de recursos não se sustenta sem novos valores, que são a base para novas atitudes e comportamentos ambientalmente mais adequados.

Deste modo trabalhos, projetos e ações que estimulem estes dois eixos são de suma importância para a difusão e consolidação da sustentabilidade nos diversos níveis das organizações.

2.4.5 Licitação Sustentável

A Cartilha A3P (2009) define que, a administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.

O art. 3º da Lei No 8.666/1993 define que a Licitação Sustentável é aquela que se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

[...] Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e **a promoção do desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei no 12.349, de 2010). [...] (grifou-se)

Acerca da adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 3º, caput, da Lei nº 8.666 e Decreto nº 7.746, de 2012, cumpre aos entes públicos assegurar-se de inserção dos critérios de sustentabilidade pertinentes às contratações, observada a premissa do art. 2º, parágrafo único, do citado Decreto: “a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame”.

A Instrução Normativa SLTI nº 01, de 2010, cujo conteúdo aborda os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências, dispõe o que segue:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

§ 2º O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

Importante se transcrever orientações dos órgãos de representação e assessoramento da Administração Pública em relação ao tema, como por exemplo, a nota constante no modelo da minuta de Termo de Referência para compras no sistema de Registro de Preços disponibilizada no site da Advocacia-Geral da União. Observe-se:

“Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observada, ainda, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 e atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. Nesse sentido pode ser consultado o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do NAJ/SP para uma lista de objetos abrangidos por disposições normativas de caráter ambiental.

Uma vez exigido qualquer requisito ambiental na especificação do objeto, deve ser prevista a forma de comprovação de seu respectivo cumprimento na fase de aceitação da proposta, por meio da apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova que ateste que o bem fornecido atende às exigências (§ 1º do art. 5º da citada Instrução Normativa).

Lembrar que referida IN determina no art. 7º, §1º que se verifique a disponibilidade e a vantagem de reutilização de bens por meio de consulta ao fórum eletrônico de materiais ociosos, que integra o Portal Comprasnet, conforme art. 9º.”

De uma maneira geral, trata-se da utilização do poder de compra do setor público para gerar benefícios econômicos e socioambientais.

A decisão de se realizar uma licitação sustentável não implica, necessariamente, em maiores gastos de recursos financeiros. Isso porque nem sempre a proposta vantajosa é a de menor preço e também porque deve-se considerar no processo de aquisição de bens e contratações de serviços dentre outros aspectos os seguintes:

a) Custos ao longo de todo o ciclo de vida: é essencial ter em conta os custos de um produto ou serviço ao longo de toda a sua vida útil – preço de compra, custos de utilização e manutenção, custos de eliminação.

b) Eficiência: as compras e licitações sustentáveis permitem satisfazer as necessidades da administração pública mediante a utilização mais eficiente dos recursos e com menor impacto socioambiental.

c) Compras compartilhadas: por meio da criação de centrais de compras é possível utilizar produtos inovadores e ambientalmente adequados sem aumentar os gastos públicos.

d) Redução de impactos ambientais e problemas de saúde: grande parte dos problemas ambientais e de saúde a nível local é influenciada pela qualidade dos produtos consumidos e dos serviços que são prestados.

e) Desenvolvimento e Inovação: o consumo de produtos mais sustentáveis pelo poder público pode estimular os mercados e fornecedores a desenvolverem abordagens inovadoras e a aumentarem a competitividade da indústria nacional e local.

3. AÇÕES NO IFTO

3.1 Necessidade da Gestão Ambiental no Serviço Público

A gestão ambiental “consiste em um conjunto de medidas e procedimentos que permite identificar problemas ambientais gerados pelas atividades da instituição, como a poluição e o desperdício, e rever critérios de

atuação (normas e diretrizes), incorporando novas práticas capazes de reduzir ou eliminar danos ao meio ambiente” (DIAS, 2006, p. 28).

Para D'avignon (2010), a gestão ambiental seria “a função gerencial de tratar, determinar e implementar políticas ambientais”, seja na esfera empresarial pública ou privada. Acredita-se, contudo, que o atual momento da humanidade, que é de crise, indica a gestão ambiental como um processo mais que meramente optativo para vê-lo, conforme expõe Dias (2006), como processo indutório da transformação evolucionária da sociedade.

Após a implantação da gestão ambiental reduz-se os danos e prejuízos ao meio ambiente causados pela instituição, podendo ainda reduzir riscos e gastos, e em consequentemente gerar lucro.

Seffert (2005, p.23) afirma que “gestão ambiental é entendida como um processo adaptativo e contínuo, através do qual as organizações definem, e redefinem seus objetivos e metas relacionados à proteção do meio ambiente, à saúde de seus empregados, bem como clientes e comunidade, além de selecionar estratégias e meios para atingir seus objetivos num determinado tempo através de constante avaliação de sua interação com o meio ambiente”.

Para Valle (2004, p.69) a “gestão ambiental consiste em um conjunto de medidas e procedimentos bem definidos que, se adequadamente aplicados, permitem reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente”.

O autor lembra que o ciclo de atuação da gestão ambiental, para que seja eficaz, deve cobrir a fase de concepção do projeto até a eliminação efetiva dos resíduos gerados pelo empreendimento depois de implantado e durante todo o período de seu funcionamento (VALLE, 2004).

Assim, justifica-se a utilização do Programa A3P que tem objetivo estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, levando a economia de recursos naturais e a redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho, extraíndo-se a necessidade de avaliação das práticas administrativas aplicadas e se estão sendo atingidos os resultados propostos.

3.2 Coleta Seletiva Solidária no IFTO

Segundo Geneboldo Freire Dias (2006), a coleta seletiva é uma importante atividade na gestão dos resíduos sólidos que se encarrega de selecioná-los. A coleta seletiva tem como um entendimento básico a coleta dos resíduos orgânicos e inorgânicos ou secos e úmidos ou recicláveis e não recicláveis, que foram previamente separados na fonte geradora. Materiais não recicláveis são aqueles compostos por matéria orgânica e/ou que não possuam, atualmente, condições favoráveis para serem reciclados.

Trata-se de um tipo de tratamento dado ao resíduo, que começa na fonte geradora com a segregação ou separação dos materiais em orgânicos e inorgânicos; e em seguida com a sua disposição para a sua destinação, que poderá ser disposta na porta de sua residência, estabelecimento comercial ou indústria, para posterior coleta porta-a-porta realizada pelo poder público ou por catadores, ou por entrega voluntária a pontos de entrega voluntária ou a cooperativas de catadores. Posteriormente esse material será separado ou triado nas centrais de triagem, em papel (papelão; jornal; papel branco...), plástico (pet; pvc; pp...), metal (alumínio; flandre; cobre...), embalagens compostas etc., os quais serão organizados e enfardados, e vendidos para serem reciclados, tornando-se outro produto ou insumo, na cadeia produtiva.

Quando se fala em resíduos sólidos, refere-se a algo resultante de atividades de origem urbana, industrial, de serviços de saúde, rural, especial ou diferenciada. Esses materiais gerados nessas atividades são potencialmente matéria prima e/ou insumos para produção de novos produtos ou fonte de energia.

A geração de lixo no Brasil aumentou 29% de 2003 a 2014, o equivalente a cinco vezes a taxa de crescimento populacional no período, que foi 6%, de acordo com levantamento divulgado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Por dia, o brasileiro gera, em média, 1,062 quilos de lixo.

Assim, todo esse material descartado, que em sua grande maioria vira lixo, deve ser retirado da “corrente” para ser recuperado como matéria prima, podendo então ser reutilizado na fabricação de um novo produto.

No IFTO, as ações visando o cuidado ambiental se iniciaram no final de 2012, quando foi feito o termo de adesão com entidade associativa e a criação da primeira Comissão para implantação das ações da A3P. Ainda em 2012 teve início na Reitoria no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), a ação denominada Coleta Seletiva Solidária, com o objetivo de recolher os papéis já utilizados para doação a uma associação de materiais recicláveis.

A doação é fruto de um termo de cooperação, onde o IFTO começa a contribuir para a associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas, a ação faz parte do cronograma que visa atender às diretrizes do programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), idealizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em 2013, começou-se a mensurar a quantidade de papeis que foram destinados a doação para associação dos catadores, como podemos ver na tabela a seguir:

Ano 2013	Quantidade em Quilo	
	Papel	Papelão
Fevereiro	20	42
Abril	37	87
Junho	36	77
Agosto	47	19
Outubro	42	92
Novembro	200	
Dezembro	15	30
TOTAL	397	347

Tabela 1 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2013.

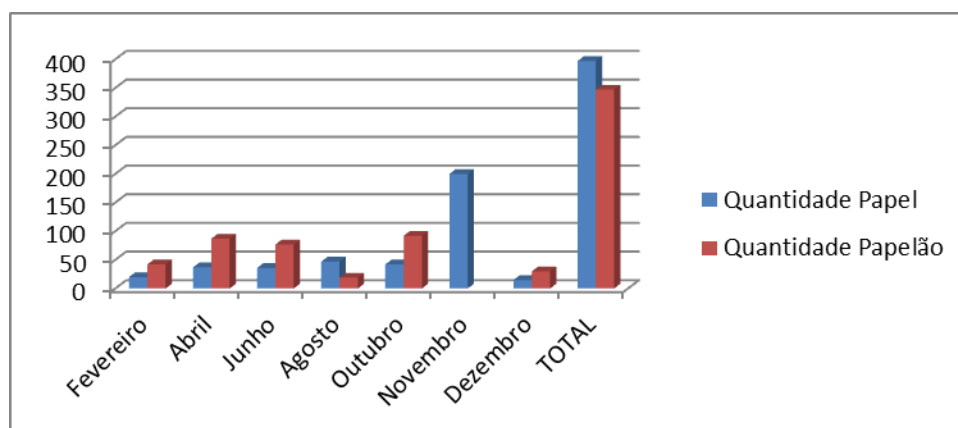


Gráfico 1 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2013.

No ano de 2014, houve um pequeno aumento quanto a quantidade de papéis A4 e começou-se a coletar também garrafas de plástico PET.

Ano 2014	Quantidade em Quilo		
	Papel	Papelão	Plástico
Fevereiro	55	20	12
Maio	310	40	
Junho	70	150	
Setembro	35	72	
Outubro	35		
Dezembro	15	25	12
TOTAL	520	307	24

Tabela 2 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2014.

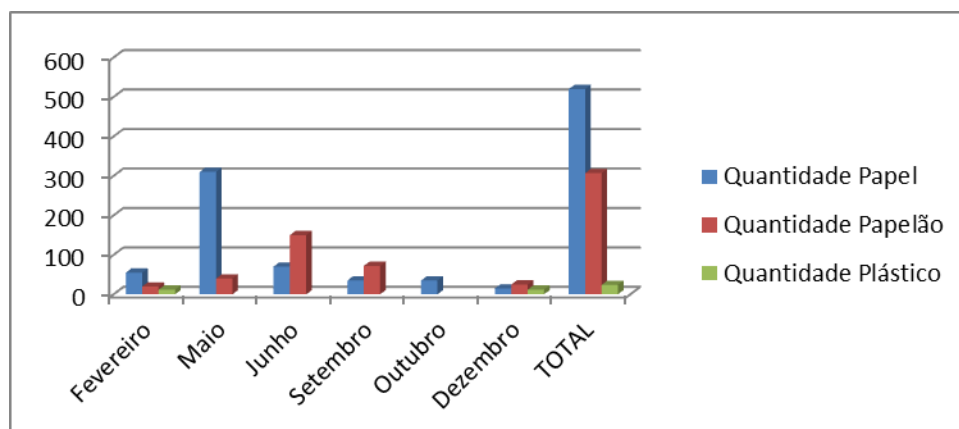


Gráfico 2 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2014.

Em 2015, do início do ano até o m foram mais de meia tonelada de material repassados a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas (Ascampa). A representante da Ascampa, Teresinha de Jesus, assinou uma declaração junto ao presidente da comissão da A3P, Cícero Salatiel Pereira Lopes, firmando o ato promovido.

Segundo o presidente da comissão, essa é uma ação que reforça o compromisso do IFTO com relação à responsabilidade ambiental. "A preocupação com o meio ambiente é concretizada através de ações de sustentabilidade desenvolvidas pelo IFTO, e a coleta seletiva solidária é uma das mais importantes ações inseridas na A3P", afirmou ele, e ressaltou a importância do gesto da comissão do concurso em doar os materiais recicláveis que seriam descartados.

Ano 2015	Quantidade	
	Papel	Papelão
Fevereiro	45	30
Março	15	35
Abril	40	
Junho	132	
Agosto	401	
Outubro	40	
TOTAL	673	65

Tabela 3 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2015.

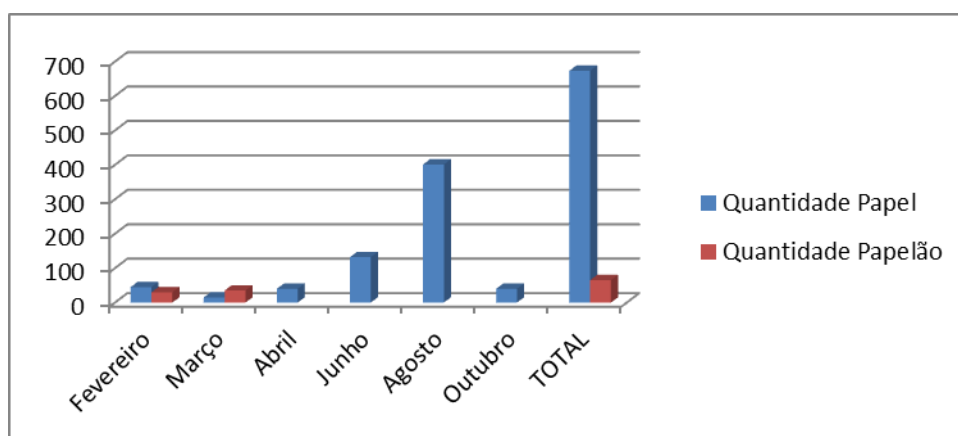


Gráfico 3 – Quantidade de material recolhido para reciclagem em 2015.

Durante os anos de 2013 a 2015, mais de duas toneladas de papel, papelão e papel misto (revista, jornais, etc.) coletados na reitoria foram destinados para reciclagem. “Com a coleta seletiva solidária, o IFTO também contribui com a geração de renda das famílias que trabalham na cooperativa de reciclagem parceira, a Ascampa”.

Como parte de política de Gestão Ambiental o IFTO – Reitoria, também efetuou um enorme trabalho de conscientização sobre economia de água e energia, fazendo também a troca das lâmpadas fluorescentes tubulares onde era necessário o uso de reatores e sua vida útil é bem inferior aos novos modelos de lâmpadas compactas.

3.3 Programa Qualidade de Vida

O Programa Qualidade de Vida do Instituto Federal do Tocantins propõe um conjunto de ações que visam à melhoria da qualidade de vida do servidor tanto no ambiente interno como no ambiente externo, por meio da prática de atividade física, lazer e ações sociais.

O programa está estruturado em três vertentes: saúde, lazer e social, e meio ambiente, e tem como público-alvo o quadro de servidores do IFTO, abrangendo os efetivos, terceirizados e estagiários.

O programa de valorização do servidor deve sempre atender às necessidades e à realidade de cada *campus* sempre com o fundamento de melhorar a qualidade de vida dos servidores, evidenciando-os como fator diferencial de excelência no IFTO e na sociedade.

As ações nos *campi* serão executadas por comissões de técnicos compostas por coordenador, assistente social, pedagoga, psicóloga, nutricionista, educador físico, técnicos em assuntos educacionais, jornalistas, médicos, técnicos em enfermagem, entre outros, conforme realidade de cada *campus*.

O lançamento institucional do programa ocorreu no dia 18 de outubro de 2013. O evento objetivou apresentar as propostas de ações, conferindo destaque às ações referentes à capacitação profissional, aos exames periódicos e ao Programa de Preparação para o Amanhã. Entre as atividades que marcaram o lançamento do programa, destacam-se exercício de alongamento, prática de vivência corporal, atividades esportivas de Tênis de Mesa, Voleibol e ginástica de expressão corporal, sorteio de cestas de frutas, palestras, caminhada, música e dança, e oferta de lanche saudável.

3.3.1 Lançamento do PQV em outras unidades

Em Araguaína, os servidores foram recepcionados no Centro de Atividades do Trabalhador- CAT/SESI, com uma mesa de frutas, como forma de incentivar o hábito de uma alimentação saudável e nutritiva. Em seguida, foram

feitos os pronunciamentos oficiais, apresentação do complexo de esporte e lazer do Centro, e, para finalizar, foi realizada uma aula de dança com o ritmo zumba, procurando, assim, estimular a prática esportiva e a interação social, que também contribuem para a melhora da qualidade de vida.

No *campus* Araguatins, O evento teve início com uma aula de aeróbica, ministrada pela professora de educação física Derivalda Cavalcante, que movimentou os servidores presentes. Depois foram feitos os pronunciamentos oficiais, apresentação do programa, divulgação dos exames periódicos realizados pelos servidores, palestra sobre a importância de uma alimentação saudável e sorteio de cesta de frutas. Neste *campus*, o Programa Qualidade de Vida funcionará dentro de uma subcomissão da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), presidida pela psicóloga Layane Bastos, que tem como um de seus eixos temáticos a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O Programa foi lançado no *campus* Paraíso do Tocantins, chamando a atenção de servidores e colaboradores para a necessidade de cuidar do bem-estar físico e psicológico. Cerca de 40 servidores, entre eles, técnicos administrativos, professores e prestadores de serviços terceirizados conheceram os objetivos do programa e participaram das ações. A educadora física do *campus*, Gabriela Medeiros, convidou os participantes a experimentar a prática de vivência corporal no dia a dia. Com uma série de exercícios de alongamento demonstrou a importância de movimentar o corpo de forma simples e prática. Com diferentes ritmos musicais, o professor Roberto Lima demonstrou que é possível trabalhar o corpo e a mente através da dança.

O diretor do *campus* Dianópolis oficializou a prática de esportes na quadra do *campus*: atividades de futsal e vôlei estarão vinculadas ao Programa Qualidade de Vida. Os servidores também contaram com uma palestra motivacional, que abordou temas relacionados à qualidade de vida. Dinâmicas de grupo, exercícios de ginástica laboral e caminhada com direito a lanche marcaram o dia do lançamento do programa.

No *campus* Gurupi, as atividades do lançamento do programa aconteceram no período da tarde, com palestra motivacional, oficina de expressão corporal, ministrada pela professora Eloísa Rosa, além de oficinas de xadrez, tênis

de mesa e jogos teatrais, ministrados pelo professor Breno Jadvas. Para incentivar a prática esportiva, servidores participaram de uma partida de voleibol misto. Um coffeebreak foi servido para os professores e técnicos administrativos da unidade. Ao final do evento, foram sorteados brindes aos servidores.

A apresentação do programa aos servidores do *campus* Porto Nacional foi marcada por um momento de interação entre os servidores, quando estes tiveram a oportunidade de expor propostas de atividades individuais e coletivas para o desenvolvimento do programa na unidade. A comissão local responsável pela execução das atividades do Programa Qualidade de Vida também mostrou as ações propositivas planejadas para o *campus*.

3.4 Projeto Esplanada Sustentável

O Projeto Esplanada Sustentável – PES foi instituído pela Portaria Interministerial MP/MMA/MME/MDS nº 244, de 6 de junho de 2012, a partir da integração das ações constantes nos seguintes programas: Programa de Eficiência do Gasto – PEG; Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P e a Coleta Seletiva Solidária.

O Projeto tem por objetivo principal incentivar órgãos e instituições públicas federais a adotarem modelo de gestão organizacional e de processos estruturado na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal.

O termo de compromisso entre as instituições de educação com o Ministério da Educação (MEC) se trata de: elaborar, programar e acompanhar ações e metas; redução de desperdícios e gerenciar o programa nas entidades descentralizadas.

A meta acordada para todas as instituições é a redução de 10% da despesa por aluno equivalente, considerando os 11 itens de despesas mencionadas, cabendo à instituição o planejamento para a redução das despesas.

Os itens de despesas relacionados são:

- Apoio administrativo técnico e operacional;
- Vigilância;
- Serviços de telecomunicações;
- Serviços de processamento de dados;
- Material de consumo;
- Limpeza e conservação;
- Energia elétrica;
- Água e esgoto;
- Manutenção e conservação de bens imóveis;
- Serviço de processamento de dados, e
- Locação de veículos.

A 1º etapa do projeto é a inclusão dos dados de cada despesa com seus devidos contratos no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC). Nesta etapa a Proad faz um levantamento das despesas efetuadas na unidade Reitoria e solicita que o mesmo seja feito com todos os *campi*. Cada *campus* envia os dados até uma data determinada, e depois disso lançam-se todas as despesas na plataforma do SIMEC.

Na 2º etapa inserimos os valores de consumo e das faturas/mês. E essa etapa continua mês a mês, até o dia 15 de cada.

A 3º etapa se trata do Plano de Ação, são as ações propositivas para auxiliar o alcance da meta de economia proposto.

Caso a unidade não obtenha o resultado de redução, não haverá corte de natureza orçamentária, porém como incentivo para as que obtiveram resultados receberão recursos extras para investimento no ano subsequente em até 50% do valor nominal economizado por aluno equivalente.

3.5 A3P nos *Campi*

O IFTO como Instituição educacional tem o dever de iniciar este processo de educação ambiental e ser referência para outras instituições públicas e privadas e para sociedade.

Para isso, a Comissão Gestora do A3P no IFTO auxiliará as comissões formadas pelos *Campi*, realizando em conjunto o planejamento estratégico de gestão ambiental do IFTO.

O *Campus* Araguatins, lançou no dia 4 de maio de 2015, a campanha “Adote um Copo”. O objetivo da iniciativa é reduzir o consumo de copos descartáveis na instituição, que mensalmente ultrapassa 6 mil unidades. De acordo com a presidente da comissão gestora da A3P no *Campus*, Raimunda Vieira, a campanha foi impulsionada com a entrega dos kits institucionais aos servidores do *campus*, realizada também no dia 4. Para ela, promover novos hábitos de consumo ambientalmente sustentáveis é um desafio para os órgãos públicos. A presidente destaca ainda, que a adoção de um copo é uma atitude simples do servidor, mas capaz de provocar bons resultados para o meio ambiente.

A campanha “Adote um Copo” é uma das várias ações previstas no cronograma do A3P para 2015 no *Campus* Araguatins.

O *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) firmou parceria juntamente com a prefeitura municipal para desenvolver ações conjuntas durante a Semana do Meio Ambiente, que aconteceu entre os dias 1º e 5 de junho de 2015.

A parceria visa aproveitar a semana em destaque para aprimorar atividades referentes à educação ambiental e à Agenda A3P, desenvolvidas dentro e fora da unidade de ensino, envolvendo a participação de professores, técnicos e estudantes dos cursos técnicos em Agricultura e Informática.

O presidente da comissão da A3P na Reitoria, Cícero Salatiel apresentou no ano de 2015 o I Colóquio A3P, com o objetivo de mostrar as ações desenvolvidas por meio do programa, Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, no Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

Dentre as principais ações estão: as licitações sustentáveis, por meio do projeto Esplanada Sustentável; Coleta Seletiva Solidária; Programa Qualidade de Vida (PQV); conscientização sobre desperdício de alimentos e depredação de bens públicos; reaproveitamento de resíduos do tratamento de água para a confecção de tijolos ecológicos por meio do projeto “Tijolodo”; entre outras ações.

4. ADEQUAÇÃO A PRÁTICAS PROPOSTAS PELO A3P- MMA

4.1 Das práticas para ampliação

Observa-se, que o ponto principal atinente às ações desenvolvidas na Reitoria do IFTO centra-se nas questões relativas ao controle visto que em sua grande maioria as ações propostas pelo órgão gerenciador da A3P já são implementadas em maior ou menor grau, contudo destacam-se algumas ações do uso racional dos recursos naturais/combate ao Desperdício que podem ser amplificadas, quais sejam:

Consumo de papel

- Confeccionar blocos de anotação (com papel usado só de um lado);
- Utilizar papel não clorado ou reciclado.

Consumo de energia

• Adotar as diretrizes propostas pelo programa Procel – Prédios Públicos que visa promover a economia e o uso racional da energia elétrica nas edificações públicas;

- Realizar levantamento e acompanhamento do consumo de energia;
- Propor implantação de sensores em banheiros;
- Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação, luz solar;

Consumo de água

• Realizar levantamento sobre a situação das instalações hidráulicas e proposição das alterações necessárias para redução do consumo;

- Realizar levantamento e acompanhamento do consumo de água;

Licitações Sustentáveis

• Incluir nos contratos de copeiragem e serviço de limpeza adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e a capacitação dos funcionários para desempenho desses procedimentos.

Quanto a Avaliação e Monitoramento, no presente caso, vê-se a necessidade de aprimoramentos das técnicas administrativa, a fim de se observar maior eficácia nos resultados do Programa, a este respeito e buscando maior fidedignidade as propostas do MMA, importante ressaltar algumas ações previstas na Cartilha daquele órgão que se vislumbram ser contributivas ao desenvolvimento do A3P na Reitoria IFTO, as quais se verificaram inexistentes ou reproduzidas em pouca escala: Avaliar, sistematicamente, as ações implantadas, identificando falhas e corrigindo-as; Analisar o desempenho ambiental decorrente da implantação das ações, usando o rol de indicadores previamente definido para auxiliar nesta etapa, *vide* anexo b; Identificar ações de controle.

O monitoramento contínuo e a avaliação periódica permitem que sejam identificados os pontos críticos, as melhorias indispensáveis e os procedimentos exitosos, de forma a indicar as necessidades e prioridades para replanejar as atividades. O monitoramento necessita de um conjunto de indicadores para mensurar os avanços atingidos.

Logo, vê-se que para o sucesso da implementação das ações da A3P, necessário além de controle de dados quantitativos, a de realizar controle e avaliações qualitativas a fim permitir aprimoramento contínuo do programa.

4.2 Oportunidades de aperfeiçoamento

Após observar as práticas adotadas no âmbito do IFTO, permite-se a possibilidade de propor atitudes complementares a já utilizadas, deste modo, Petrone (2010), define algumas oportunidades de avançar quanto aos pontos relacionados ao consumo sustentável:

- a) uma das informações importantes na sistematização do SGA é deixar evidente a quantidade de consumo de recursos que foi evitada. Num segundo momento, é possível transformá-la em energia equivalente ou em emissão equivalente e aumentar a base de dados para tomada de decisão.
- b) a redução de desperdícios pode significar uma vantagem importante, pois a redução de despesas correntes pode viabilizar o equilíbrio orçamentário e a gestão fiscal ou até mesmo possibilitar o aumento dos investimentos públicos.
- c) no mais dos casos, num SGA bem gerido, os investimentos necessários para redução de gastos são viabilizados por um tempo de retorno relativamente baixo, entre 18 e 20 meses, isto é, eles se pagam somente

com a economia proporcionada nestes meses; o resto de sua vida útil pode ser considerado como lucro.

d) no caso da reciclagem, o ganho não é somente social, nem de redução do impacto na extração (e decorrente avanço da devastação em áreas conservadas). A viabilidade de investimento em aterros está cada vez menor nas grandes cidades. A falta de espaço e os custos dos transportes, num cenário como este, passam a ser cada vez menos insignificantes. Os aterros com recuperação energética, ou seja, captação de gás metano para geração de energia, e geração de créditos de carbono correspondentes às emissões evitadas, conhecidos pelo nome de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), são uma oportunidade de ganhar duas vezes: vendendo-se a energia e os papéis dos créditos de carbono no mercado financeiro internacional.

e) a redução de desperdícios está, aos poucos, firmando-se no mercado como uma grande oportunidade de negócios, o que possibilita parceria entre os setores público e privado, como forma de profissionalização e melhoria do desempenho do SGA. São os chamados contratos de risco, ou de desempenho, nos quais a consultoria recebe parte da economia que proporcionar ao cliente, o que incentiva a melhoria contínua com um viés economicista.

Logo, se observa que o modelo proposto tem ampla possibilidade num primeiro momento se vislumbra que quantificando e expondo aos colaboradores o resultado dos recursos que tiveram seus consumos evitados, é fator motivacional o que impulsiona a possibilidade de maior economia e na adoção de novas decisões com tal intuito.

Já, em um segundo plano se observa a possibilidade de retorno financeiro da economia, seja na implantação de MDL, retorno de investimento na economia, bem ainda, possibilidade de equilíbrio fiscal da instituição.

Em outra ótica é possível também a instituição de um ciclo ganha-ganha, quando se procedem as parcerias e possibilidades de consultorias por contrato de risco.

Ademais, cabe verificar a ampliação de medidas práticas já adotadas, mas que encontram ciclo interrompido ou passíveis de adequação, quanto a esse ponto Petrone (2010), tece os seguintes apontamentos:

Em alguns casos, a melhoria de desempenho não passa somente pela implantação da gestão energética para reduzir as tarifas pagas pela energia, conforme exigência por decreto a partir de 2006. As vulnerabilidades estão na necessidade de capacitação profissional que a empreitada exige, na falta de tempo e também na necessidade de investimento em reformas, como foi estabelecido para reduzir o consumo de água. Algumas características das instalações e equipamentos impossibilitam economia e favorecem o desperdício. A desarticulação dos esforços também significa perda de recursos e, pior ainda, resistência por parte dos funcionários.

Exemplos são os cartazes colocados nos corredores e demais ambientes de uso compartilhado:

a) adote um copo no bebedouro, mas a máquina de café já serve as bebidas em copos; portanto, eles não podem ser reutilizados ao longo do dia pelo usuário; a ação de melhoria está na gestão de contratos, que precisa especificar equipamentos diferentes.

b) campanha de recolhimento de pilhas e baterias, mas não há convênio para reciclagem das pilhas e baterias recolhidas.

c) apague as luzes dos ambientes desocupados, mas o acesso aos interruptores é dificultado, pois a ligação e o desligamento são realizados diretamente no quadro de disjuntores; existem outros problemas que são causados pela ausência de separação dos circuitos de iluminação de acordo com os espaços e seu uso (necessidades e horários de funcionamento): locais de curta permanência, como os sanitários, os de uso eventual, como as salas de reuniões, e os locais de trabalho, que são de permanência prolongada, muitas vezes pertencem a um mesmo circuito; isto exige que os ambientes desocupados permaneçam ligados ininterruptamente e obriga também a deixar ambientes de trabalho com pouca ocupação totalmente ligados, para viabilizar o uso do espaço por uns poucos usuários; os quadros de disjuntores muitas vezes ficam em salas diferentes do local de trabalho dos usuários, o que cria mais um impedimento do ponto de vista físico; armários e arquivos que dificultam a visualização e o acesso, mesmo quando estão no mesmo recinto, divisórias sem portas para acesso entre os recintos do usuário e do quadro de disjuntores, difícil visualização de todos os ambientes pertencentes aos circuitos de cada quadro e desconhecimento do local dos quadros onde estão os circuitos do ambiente de trabalho do usuário.

Tem-se também além de práticas a serem adotadas, fatores que auxiliam para potencializar os resultados, estabelecendo metas progressivas e estratégias para atingi-las, e conforme define Petrone (2010) incluem:

a) mostrar que economizar recursos é gerar lucro ou evitar prejuízo e que os esforços valem a pena: bom negócio;

b) investimento em reformas ou retrofit das instalações, pois algumas limitações são praticamente insolúveis;

c) utilizar os recursos disponíveis dos programas PROCEL e PURA para potencializar a melhoria;

d) adotar contratos de performance, ou de desempenho ou risco, que são a mesma coisa, com outros nomes;

e) comunicação mais abrangente e cotidiana com os servidores e demonstração de resultados internamente;

f) investimento em educação ambiental para o trabalho: suprir as necessidades não é o mesmo que atender aos desejos; por esse motivo, investir na valorização da parcimônia no consumo de todos os recursos é mais efetivo do que pensar na reciclagem como expiação de culpa;

g) divulgação dos resultados para a sociedade: produção de informações com outros enfoques; às vezes, o que falta é abrir uma nova perspectiva para encontrar soluções para as mesmas crises;

h) revisão de metas para estimular novos avanços e busca constante por soluções.

Oportunidades e meios de potencialização se mostram amplamente viáveis ao processo da A3P, que em uma primeira análise parece estanque e de ações simplistas, quando na verdade se trata de um ciclo complexo e com viés amplo de possibilidades, que permitem aos gestores e executores uma ordem de atitudes rumo à sustentabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o IFTO vem buscando de forma bem simples e objetiva, minimizar os efeitos negativos que suas atividades propiciam ao meio ambiente, com esse objetivo foi idealizada e executada a adesão ao Programa A3P, tendo como primeiro passo a coleta seletiva solidária e posteriormente a destinação dos resíduos coletados a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas, atitude que tem contribuído com a diminuição da degradação ambiental, além de proporcionar uma fonte de renda social e consequentemente o resgate da cidadania para muitos, através da reciclagem.

No desenvolvimento dessa postura, muito importante para todas as decisões, está o alcance da efetividade do programa. Para ter efetividade é necessário desenvolver o planejamento estratégico, significa moldar por meio de ações locais no tempo presente o futuro global almejado, ou seja: transformação de visão sistêmica para visão holística.

É preciso, controle para que os resultados não estacionem, seja, por falta de continuidade na capacitação técnica dos gestores e colaboradores, ou por falta de visão estratégica para formulação da análise crítica necessária à avaliação dos resultados e utilização dos indicadores para realimentação do ciclo de planejamento e realinhamento das decisões. Logo, o problema não está somente em definir como fazer, que é puramente gerencial, com definição do plano de ações e seu acompanhamento, mas em identificar o que deve ser feito para melhorar, planejando e controlando.

Vê-se então, que para o sucesso do programa A3P, devem o gestor e a equipe de execução sempre aplicar princípios gerenciais da administração, quis sejam: PODC, que consiste em: Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar, sendo o gestor público no caso sempre o estopim e o vigilante, que garantam ao programa vida exitosa.

Ademais, necessário se vê o comprometimento com a mudança cultural, tanto do ponto de vista de gestão estratégica, como da adoção de padrões de consumo para um modelo mais sustentável.

Enquanto os valores permanecerem os mesmos, ou pouco serem influenciados, a visão organizacional não será mudado, fomentando atitudes individuais e cotidianas que não encontrarão a direção da mudança necessária e somente se dispersarão os esforços em perseguir economias pontuais e difíceis de manter em longo prazo, pois, a redução de desperdício com baixo investimento cita-se: campanhas de sensibilização, como as que foram realizadas e mudança de regime de utilização de equipamentos têm seus limites e um dos limites mais difíceis de estabelecer é o ponto a partir do qual a redução de consumo passa a representar diminuição correspondente no conforto dos usuários e interferir na qualidade dos resultados das atividades realizadas nos ambientes ou no comprometimento progressivo na saúde ocupacional.

Quando esse limite for atingido, serão necessários investimentos maiores para garantir a continuidade dos bons resultados e para sua melhoria, evolução objetiva e principiológica do Programa em tela, assim, podem os atores envolvidos adotar atitudes antecipatórias a essa possível estagnação.

Ainda far-se-á necessário maneiras de motivar à necessidade de investimentos e que se fundamentem os motivos de necessidade, neste diapasão a administração pública deve adotar atos discricionários, isto é, não vinculados, cuja obrigatoriedade de acontecerem já está prevista em lei, é preciso competência, que pode ser entendida tanto como atribuição de poder quanto no sentido de conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes e que são os meios indispensáveis para responder corretamente a tal delegação de responsabilidade, atingindo os objetivos.

Para os órgãos e entidades a incumbência da execução do programa, consiste no acompanhamento permanente da evolução do consumo e do atingimento da meta de redução de modo permanente.

Os maiores entraves vistos no procedimento de desenvolvimento do programa, consistem no comportamento de resistência às mudanças, inerentes ao ser humano, que tem em tal atitude instintivamente a intenção de proteção, tendo em vista a situação cômoda, e a segurança de não se atirar em situação ainda desconhecida suscetíveis ao fracasso. Muitas vezes, a diferença entre fracasso e êxito está em saber realinhar as expectativas, ou seja, readequar os planos estratégicos. Ter sempre a revisão do sistema de gestão, correspondente à fase de

análise crítica, não é importante somente para a melhoria do sistema; é fundamental também para sua continuidade, ou sobrevivência do Programa.

A transformação e a adaptação viabilizam a perenidade do sistema de gestão, por mantê-lo adequado a uma realidade que também é mutável. O que permite melhoria contínua, que é um dos desafios de toda organização. Tendo sempre o cuidado de abranger de maneira macro todos os atores sociais que compõem o organismo da instituição, pois é certamente imprescindível para a construção da competência organizacional, a soma das competências individuais dos membros que a compõem.

Por fim, acredita-se que a adesão ao Programa Agenda Ambiental da Administração – A3P, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, vem atender ao anseio social, de caráter global que influencia todas as instituições, sejam elas privadas ou públicas, sendo esse o pontapé inicial na busca permanente por práticas contributivas de sustentabilidade, atitudes necessárias à sobrevivência humana, bem como, as práticas adotadas em especial na Reitoria do IFTO, objeto do presente estudo, tem tido êxito, apesar de ainda tímidas, sendo necessárias atitudes motivacionais, e complementares de desenvolvimento do Programa, de maneira a ampliar seus resultados, os quais merecem maior atenção dos gestores para mensuração e compartilhamento, fase essencial de qualquer programa.

Acrescenta-se, que se vislumbram inúmeras oportunidades de expansão ao projeto, especialmente aquelas voltadas ao diversos *campi* do IFTO, tendo por base o público atingido, sendo os discentes multiplicadores excepcionais as práticas e finalidades principiológicas propostas pelo A3P, uma vez que o sistema proposto é cíclico, onde a intenção é que se reproduzam práticas sustentáveis que são aplicadas no ambiente de trabalho ou escolar em casa e as atitudes adotadas em casa, sejam reproduzidas nos ambientes funcionais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. Pesquisa científica: noções introdutórias. In: _____. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 10, p. 121.

BOLAND, T.; FOWLER, A. (2000). *A systems perspective of performance management in public sector organization's*. *The International Journal of Public Sector Management*, 13.5, 2000 pps 417- 446.

BRASIL. **Agenda 21**. Brasília, 2011a. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>>
Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. **PDI IFTO**. Palmas, 2014. Disponível em:
<http://www.ifto.edu.br/ifto_cms/docs/arquivos/191220141505PLANODEDESENVOLVIMENTOINSTITUCIONAL.pdf> Acesso em: 19 mai. 2015.

_____. **Programa Qualidade de Vida**. Palmas, 2012. Disponível em:
<<http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/pqv.php>> Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Presidência da República Casa Civil**. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 30 Mar. 2015.

_____. **Presidência da República Casa Civil**. LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm> Acesso em: 25 Mar. 2015.

_____. **Presidência da República Casa Civil**. Pesquisa Nac. de Saneamento Básico. <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb/pnsb.pdf>> Acesso em: 20 Mar. 2015.

DIAS, G. F. **Educação e Gestão Ambiental**. São Paulo: Gaia, 2006

D'AVIGNON, A. L. A. **Sistemas de gestão ambiental e normalização ambiental**. Segmento da apostila utilizada no curso sobre Auditorias Ambientais da Universidade Livre do Meio Ambiente. Curitiba: ULMA.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed São Paulo: Prentice Hall, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Como encaminhar uma pesquisa? In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 1, p. 17-22.

Hühne (organizadora) Leda Miranda; Ana Maria Garcia...[et al] **Metodologia Científica**: Caderno de textos e técnicas/ - 7ª Ed. 5 imp. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 2002.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Ensaio de Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Florianópolis: Rev. Katál, 2007. 39 e seguintes p. Ensaio.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cartilha A3P**: Agenda ambiental na administração pública. 5. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

PETRONE, Márcia. **Planejamento Estratégico para a Sustentabilidade**: Sistema de Gestão Ambiental A3P no Edifício Martinelli. 2010. 176. Curso de especialização “lato sensu” em administração pública - Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales, São Paulo-SP.

Prodanov, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, T. B. **Avaliação de desempenho ambiental no setor público: estudo do setor da defesa**. 2004. 392 f. Tese (Doutorado em Engenharia do Ambiente) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004. Disponível em: < <http://run.unl.pt/handle/10362/11938> >. Acesso em 12 mar. de 2015.

SANTOS. Adair Loredo. **Direito Administrativo: Interpretação, Doutrina, Legislação, prática, jurisprudência comentada**/ Adair Loreto dos Santos, Carlos Eduardo Iglesi. 1 ed. São Paulo: Primeira Impressão, 2008.

SEFFERT, Mari Elisabeth B. **ISO 14000 Sistemas de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica**. São Paulo: Atlas, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

VALLE, Ciro Eyer do. **Qualidade Ambiental ISO 14000**. 5ª ed: Editora Senac - São Paulo, 2004.

ANEXO A – PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA A3P

PLANO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO DA A3P

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO).		CNPJ/MF: 10.742.006/0001-98	
Endereço: Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 201 Sul, Conjunto 01, Lote 09, Centro.			
Cidade: Palmas.	UF: Tocantins.	CEP: 77.015-200.	DDD/Telefone: (63) 3212-1529.
Nome do Responsável: Francisco Nairton do Nascimento.		CPF: 030176027-61.	CI/Órgão Exp.: 11.65149-86 /SSP-CE.
Endereço: Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 201 Sul, Conjunto 01, Lote 09, Centro.			
Cidade: Palmas	UF: Tocantins	CEP: 77.000-000.	DDD/Telefone: (63) 3212-1529.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Programa da Agenda Ambiental da Administração Pública A3P do IFTO. **Período de Execução:** 5 anos.

Identificação do Objeto: Implementação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) nos campi e reitoria IFTO.

Metas a serem atingidas:

1. Minimizar os impactos ambientais negativos gerados durante a jornada de trabalho;
2. Realizar a gestão ambiental dos resíduos;
3. Implementar coleta seletiva de lixo;
4. Utilizar de forma racional os recursos (ex.: material de expediente, água, energia, etc,) combatendo o desperdício e promovendo a redução de consumo;
5. Adotar a licitação sustentável, introduzindo critérios socioambientais nas compras públicas para a aquisição de bens, materiais e contratação de serviços;
6. Desenvolver e implantar ações para redução do consumo de energia e eficiência energética;
7. Promover a substituição de insumos e materiais por produtos que provoquem menos danos ao meio ambiente;
8. Implantar um programa continuado de educação ambiental para a formação e capacitação do servidor público por meio de palestras, reuniões, exposições, oficinas de arte-educação e ecologia humana;
9. Promover ou ampliar as ações de promoção, proteção e reparação da saúde do trabalhador;
10. Promover concursos internos que estimulem ações criativas, inovadoras e positivas na adequação da infra estrutura funcional aos conceitos de sustentabilidade;
11. Produzir informativos referentes a temas socioambientais, experiências bem-sucedidas e progressos alcançados pela instituição;
12. Implantar programa de qualidade de vida no ambiente de trabalho;
13. Desenvolver programa eficaz de segurança no trabalho;
14. Promover a reflexão sobre os problemas socioambientais em geral e na administração pública em particular.



[Handwritten signature]

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.1 IMPLEMENTAÇÃO/PLANEJAMENTO

METAS	ETAPAS	Início	Término
1. Diagnóstico Ambiental	identificar os pontos críticos;	Setembro 2011	Dezembro 2015
	avaliar os impactos ambientais e desperdícios;	Setembro 2011	Dezembro 2015
	fazer um acompanhamento do consumo de água, energia, copos plásticos e outros materiais de expediente.	Setembro 2011	Dezembro 2015
2. Definição de projetos a partir do diagnóstico	desenvolver um questionário para identificar a percepção dos funcionários sobre o seu papel dentro do órgão.	Setembro 2011	Dezembro 2015
	definir um plano de gestão adequado dos resíduos a partir do diagnóstico;	Setembro 2011	Dezembro 2015
	implementar programa de substituição de insumos por materiais que provoquem menos danos ao meio ambiente.	Setembro 2011	Dezembro 2015
3. Avaliação e Monitoramento	realizar avaliações periódicas do projeto;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	identificar possíveis falhas e pontos de melhoria;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	reprogramar as ações se necessário;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	adotar um sistema de indicadores ambientais.	Janeiro 2012	Dezembro 2015
4. Estimular a reflexão e mudança de atitude dos funcionários	realizar campanhas de sensibilização dos funcionários com divulgação em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo e informativos;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	desenvolver cartilhas educativas para os funcionários com dicas de como implementar uma gestão ambiental dentro de casa;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	celebrar as datas comemorativas com o intuito de promover uma maior inclusão dos funcionários no projeto.	Janeiro 2012	Dezembro 2015
5. Implementar programa de capacitação ambiental para todos os funcionários	elaborar um plano de capacitação por meio de palestras, reuniões, cursos e oficinas;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados.	Janeiro 2012	Dezembro 2015



3.3 GESTÃO DE RESÍDUOS

METAS	ETAPAS	Início	Término
1. Resíduos	estudo quali-quantitativo dos resíduos – permite avaliar a situação e serve de base para definir quantidades de coletores, tipos e locais de colocação. Descobrir o destino atual dos resíduos e definir que instituição irá recebê-los: Formalização da doação.	Janeiro 2012	Dezembro 2015
2. Adequação ao Decreto N° 5.940 de 25.10.2006	implementar a coleta seletiva;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	adquirir os coletores para a Coleta Seletiva e instalar nas divisões, nos corredores e centrais;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	instalar coletores nas copas com separação para lixo orgânico e lixo seco.	Janeiro 2012	Dezembro 2015
3. Destinação Adequada de resíduos perigosos	realizar um estudo sobre a viabilidade de um “ecoponto” para coleta de pilhas e baterias e também de óleo de cozinha;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	contratar cooperativas que promovam a coleta, descontaminação e reciclagem de lâmpadas fluorescentes.	Janeiro 2012	Dezembro 2015
4. Resíduos Orgânicos	geração de resíduos orgânicos de restaurantes e lanchonetes: avaliar quantidades, qualidades ou tipos e destino.	Janeiro 2012	Dezembro 2015
5. Resíduos Serv. Médicos	resíduos de serviços médicos: avaliar quantidades, qualidades ou tipos e destinos.	Janeiro 2012	Dezembro 2015
6. Resíduos de Obras	resíduos de obras: avaliar quantidades, qualidades ou tipos e destinos – inserção de exigências no edital.	Janeiro 2012	Dezembro 2015

3.4 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

METAS	ETAPAS	Início	Término
1. Fomentar a adoção de critérios ambientais introduzindo o “diferencial ecológico” nas especificações de produtos e serviços a serem adquiridos	propor que, sempre que possível, sejam feitas aquisições de bens, materiais, contratações de serviços e projetos ambientalmente saudáveis;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	realizar um levantamento sobre produtos e serviços que proporcionem ganhos ambientais e economia de recursos;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	incluir itens ambientais nos futuros projetos de construção e reforma levando em conta a funcionalidade integrada à sustentabilidade ambiental.	Janeiro 2012	Dezembro 2015
2. Informática	uso de novas tecnologias na hora da escolha, gestão de embalagens, ferramentas verdes, procedimentos, econômicos de uso do PC etc.	Janeiro 2012	Dezembro 2015



[Handwritten signature]

3.5 QUALIDADE DE VIDA/DIVULGAÇÃO

METAS	ETAPAS	Início	Término
1. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida	propor mudanças na estrutura física do órgão para garantir uma melhor acessibilidade e criar áreas comuns;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	Promover o controle da poluição sonora;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	promover campanhas sobre o uso de fumo e álcool;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	propor a construção de um bicicletário e um vestiário para incentivar o uso de bicicletas;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	distribuir kits ambientais com instruções sobre qualidade de vida;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	controlar a qualidade do ar em termos de fungos, ácaros e bactérias;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	proporcionar a ginástica laboral e equipamentos ergonômicos para os funcionários;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	controlar a qualidade da água utilizada no sistema de refrigeração.	Janeiro 2012	Dezembro 2015
2. Divulgação das ações e os progressos alcançados pelo programa	produzir cartilhas ambientais com informações sobre a A3P e experiências bem-sucedidas;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	divulgar os progressos alcançados pela instituição;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	distribuir brindes e placas de congratulações para incentivar os funcionários a aderirem o projeto;	Janeiro 2012	Dezembro 2015
	apresentação da A3P em eventos externos.	Janeiro 2012	Janeiro 2012

E, para a validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de iguais teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília/DF, de de 2011.

FRANCISCO GAETANI

Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente

[Assinatura]

FRANCISCO NAIRTON DO NASCIMENTO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Testemunhas:

1- *Cícera Salatiel Pereira Lopes*

RG: 38029139466

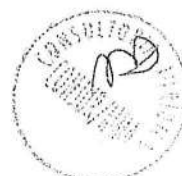
CPF: 479696953-53

2-

RG:

CPF:

Cícera Salatiel Pereira Lopes
Diretor de Relações Institucionais
Port. 254/2010 - IFTO/Reitoria



ANEXO B – TERMO DE ADESÃO MMA/A3P/2011 - IFTO

TERMO DE ADESÃO — - MMA-A3P/2011, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, E O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ nº 37.115.375/0002-98, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Secretário-Executivo, FRANCISCO GAETANI, brasileiro, divorciado, nomeado pelo Decreto Presidencial de 17 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2011, residente e domiciliado em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 606.196-SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 297.500.916-04, e o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, inscrito no CNPJ/MF com o nº 10.742.006/0001-98, com sede na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 201 Sul, Conjunto 01, Lote 09, Centro, Palmas - TO - CEP: 77.015-200, neste ato representado por FRANCISCO NAIRTON DO NASCIMENTO, portador da Carteira de Identidade nº 11.65149-86 (SSP-CE) e inscrito no CPF sob o nº 030176027-61, residente e domiciliado na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 201 Sul, Conjunto 01, Lote 09, Centro, Palmas - TO, CEP: 77.015-200, no uso de suas atribuições conforme designação pela portaria nº 545/2010 do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 30/04/2010, doravante denominado INSTITUIÇÃO, firmam o presente TERMO DE ADESÃO, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, no que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Adesão tem por finalidade integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P, no âmbito da INSTITUIÇÃO, visando à inserção da variável socioambiental no seu cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Durante a execução do objeto do presente Termo de Adesão fica estabelecido que os partícipes adotarão a metodologia constante do "Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P", assim como as orientações do Programa A3P.

Parágrafo Primeiro. Poderão ser acrescentadas outras ações, sugeridas pelos próprios agentes implementadores do Programa A3P, de comum acordo entre as partes.

Parágrafo Segundo. Na implementação do presente Termo de Adesão deverão ser obrigatoriamente observados, pelos partícipes, os seguintes objetivos:

I - promover a reflexão sobre os problemas socioambientais no âmbito da INSTITUIÇÃO;

II - estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, a fim de maximizar a eficiência dos serviços prestados;

III - garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta; e

IV - melhorar a qualidade do ambiente do trabalho.

Parágrafo Terceiro. Para a consecução do objeto traçado no presente Termo, o Ministério do Meio Ambiente/A3P e a INSTITUIÇÃO poderão, em conjunto ou separadamente gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com agência e órgãos públicos e privados, particularmente junto a universidades e centros de pesquisa com atuação e interesse na área de gestão social e ambiental, a fim de melhorar a eficiência e a eficácia dos planos de ação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

I - Caberá à INSTITUIÇÃO:

a) criar comissão que será responsável pela implementação das ações de melhoria do desempenho socioambiental da INSTITUIÇÃO;

b) realizar, com participação dos servidores, diagnóstico socioambiental (avaliação inicial), identificando os aspectos socioambientais, mais relevantes para a INSTITUIÇÃO;

c) elaborar, com base no diagnóstico, o plano de ações estratégicas, incluindo aspectos socioambientais como: a gestão de resíduos sólidos e perigosos gerados; redução de consumo e reaproveitamento de materiais; combate ao desperdício de energia e de água, cidadania, ética, equidade, segurança e qualidade de vida no trabalho, entre outras medidas necessárias para a implementação, detectadas nos diagnósticos;

d) estabelecer cronograma para implementação das ações;

e) promover metodologia para mensuração do desempenho da INSTITUIÇÃO;

f) estabelecer ações de substituição de insumos e materiais que provoquem danos ou riscos à saúde do servidor ou da população e ao meio ambiente;

g) estabelecer avaliação periódica da implementação das ações previstas divulgando os resultados alcançados na própria INSTITUIÇÃO para redirecionamento das ações de acordo com os resultados;

h) desenvolver sub-programa de formação do “servidor educador socioambiental” comprometido com os princípios da responsabilidade socioambiental e efetiva implantação da A3P; e

i) elaborar Relatório Técnico explicitando as ações implementadas, os resultados quali-quantitativos alcançados e as metas futuras para a continuidade do projeto, com periodicidade anual contada a partir da data de assinatura do Termo de Adesão.

II - Caberá ao Ministério do Meio Ambiente/A3P:

a) auxiliar a INSTITUIÇÃO na realização do seu diagnóstico socioambiental, bem como na elaboração de sua agenda socioambiental, incluindo ações de implementação;

b) auxiliar a INSTITUIÇÃO no processo de implantação e capacitação para a coleta seletiva solidária;

c) compartilhar experiências e conhecimentos sobre aspectos socioambientais;

d) compartilhar conhecimentos técnicos, assessorando a INSTITUIÇÃO nas fases do processo de implementação da Agenda Socioambiental;

e) viabilizar a distribuição do material de divulgação, quando houver;

f) auxiliar a INSTITUIÇÃO no processo de avaliação da A3P por meio de indicadores de desempenho;

g) promover intercâmbio técnico para difundir informações sobre objetivos, metodologia e implementação da Agenda Socioambiental;

h) auxiliar a INSTITUIÇÃO na promoção de ações educativas visando: melhorar a qualidade do meio ambiente em todos os locais de trabalho, conscientizar os servidores, estagiários e terceirizados sobre a importância de se conservar o meio ambiente e ter responsabilidade no que se refere ao uso correto dos bens e serviços da Administração Pública; e

i) incentivar a excelência da gestão social e ambiental visando melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho da INSTITUIÇÃO.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Adesão vigorará pelo prazo de cinco anos, não prorrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

O presente Termo de Adesão não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA SEXTA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento, serão atribuídos aos partícipes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal dos signatários.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Este Termo de Adesão poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação deste Termo de Adesão em extrato, no Diário Oficial da União, até quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, devendo esta correr no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA

Este Termo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de trinta dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES

O presente Termo de Adesão será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Termo de Adesão não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica consignado a(o) Diretor(a) do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental para acompanhar a fiel execução do presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

Os Partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Termo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange a interpretação e/ou cumprimento do presente Termo de Adesão, os partícipes concordam, preliminarmente, em tomar iniciativas para solucioná-las administrativamente e, em última instância, quando os partícipes integrarem a esfera federal, submeter eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União, por meio de conciliação ou arbitramento, na forma do art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar nº 73, de 10 de setembro de 1993, e conforme as disposições contidas na Portaria AGU nº 1.281, de 27 de setembro de 2007.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Os casos omissos do presente Termo de Adesão serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília/DF, de de 2011.

FRANCISCO GAETANI
Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente


FRANCISCO NAIRTON DO NASCIMENTO
Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Testemunhas:

1- 
RG: 98029139466 SSP-CE
CPF: 479 6969 53-53

Cícera Salatiel Pereira Lopes
Diretor de Relações Institucionais
Port. 254/2010 - IFTO/Reitoria

2-
RG:
CPF:

ANEXO C – TERMO DE COOPERAÇÃO COM ASCAMPA



*Acordo de Cooperação, que entre si celebram o **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins(IFTO)** e a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas-TO para o fim que especifica.*

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, Pessoa Jurídica de direito publico, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ nº 10.742.006/0001-98 com sede na Av. Teotônio Segurado, S/N, Lt 03, Ed. Carpe Diem, 7º andar, Plano Diretor Sul, CEP. 77.015-002, doravante denominado **IFTO**, neste ato representado pelo seu Reitor **Francisco Nairton do Nascimento**, brasileiro, casado, professor, inscrita no CPF nº 03017602761 RG. nº 1165149-86, residente e domiciliado em Palmas-TO e pelo Diretor Geral do IFTO *Campus* Palmas, Octaviano Sidnei Furtado, CPF nº 348108629-68, RG 478970-SSP-TO e a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas-TO-**ASCAMPA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07819896/0001-84, sediado na Quadra 405 Norte, Al.08 Lote 02 - Palmas/TO, neste ato representado pela sua presidente a Senhora Terezinha de Jesus Lima de Sousa CPF sob nº 969330971-53e RG sob nº 163996, 2ª via -, residente e domiciliado em Palmas - TO –celebram o presente TERMO DE COMPROMISSO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Presente Termo de Compromisso visa estabelecer cooperação entre o IFTO e a ASCAMPA no sentido de realizar a Coleta Seletiva Solidária de Materiais Recicláveis de acordo com as definições do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, bem como cooperação mútua com ações que envolvam a educação ambiental.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

As partes signatárias do presente instrumento se comprometem, a assumir os seguintes compromissos, abaixo discriminados.

A) do IFTO:

- a) Realizar a Coleta Seletiva Solidária no *Campus* Palmas e Reitoria do IFTO;
- b) Separar resíduos recicláveis descartados;
- c) Realizar, incentivar e apoiar ações de educação ambiental;
- d) Constitui Comissão responsável pela Coleta Seletiva Solidária;



C) da ASCAMPA

- a) Coletar e processar o material reciclável do IFTO;
- b) Cooperar nas ações de melhoria de coleta seletiva de resíduos sólidos;
- c) Auxiliar nas ações de educação ambiental que devem ser desenvolvidas durante a vigência;

Parágrafo Único: Quando não for possível a ASCAMPA coletar o material reciclável na sede do Campus Palmas e Reitoria, o IFTO, dentro das possibilidades logísticas administrativas, transportará o material reciclável coletado até a sede da Associação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação não envolve a transferência de recursos financeiros entre as partes acordantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGENCIA

O presente Acordo de Cooperação terá vigência de 02(dois) anos, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme os objetivos alcançados.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente Acordo de Cooperação poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, por meio de Termos Aditivos; bem como rescindido de comum acordo entre as partes, a qualquer tempo; ou por inadimplência total ou parcial de quaisquer das obrigações ou condições pactuadas, mediante notificação por escrito à parte inadimplente.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente Acordo, serão dirimidos administrativamente pelos partícipes.

CLAUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

De conformidade com o disposto no parágrafo único do Art. 61 da Lei 8.666/93, o presente Instrumento será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, no prazo de 20 (vinte) dias após a assinatura deste Acordo de Cooperação, Às expensas e por iniciativa da IFTO.



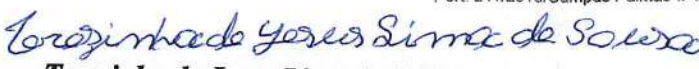
CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Por estarem de acordo e para validade do que pelas partes foi pactuado, firmam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor.

Palmas, 29 de Agosto de 2012.


Francisco Nairton do Nascimento
Reitor do IFTO


p/ **Octaviano Sidnei Furtado**
Diretor Geral IFTO Campus Palmas
Liliane Flávia G. da Silva
Diretora Geral em Exercício
Port. 211/2010/Campus Palmas-IFTO


Terezinha de Jesus Lima de Sousa
Presidente ASCAMPA

EM BRANCO



Acordo de Cooperação, que entre si celebram o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) e a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas-TO para o fim que especifica.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, Pessoa Jurídica de direito publico, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ nº 10.742.006/0001-98 com sede na Av. Teotônio Segurado, S/N, Lt 03, Ed. Carpe Diem, 7º andar, Plano Diretor Sul, CEP. 77.015-002, doravante denominado **IFTO**, neste ato representado pelo seu Reitor **Francisco Nairton do Nascimento**, brasileiro, casado, professor, inscrita no CPF nº 03017602761 RG. nº 1165149-86, residente e domiciliado em Palmas-TO e pelo Diretor Geral do IFTO *Campus* Palmas, Octaviano Sidnei Furtado, CPF nº 348108629-68, RG 478970-SSP-TO e a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas-TO-**ASCAMPA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 07819896/0001-84, sediado na Quadra 405 Norte, Al.08 Lote 02 - Palmas/TO, neste ato representado pela sua presidente a Senhora Terezinha de Jesus Lima de Sousa CPF sob nº 969330971-53e RG sob nº 163996, 2ª via -, residente e domiciliado em Palmas - TO –celebram o presente TERMO DE COMPROMISSO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O Presente Termo de Compromisso visa estabelecer cooperação entre o IFTO e a ASCAMPA no sentido de realizar a Coleta Seletiva Solidária de Materiais Recicláveis de acordo com as definições do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, bem como cooperação mútua com ações que envolvam a educação ambiental.

①

②



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

As partes signatárias do presente instrumento se comprometem, a assumir os seguintes compromissos, abaixo discriminados.

A) do IFTO:

- a) Realizar a Coleta Seletiva Solidária no *Campus* Palmas e Reitoria do IFTO;
- b) Separar resíduos recicláveis descartados;
- c) Realizar, incentivar e apoiar ações de educação ambiental;
- d) Constitui Comissão responsável pela Coleta Seletiva Solidária;

C) da ASCAMPA

- a) Coletar e processar o material reciclável do IFTO;
- b) Cooperar nas ações de melhoria de coleta seletiva de resíduos sólidos;
- c) Auxiliar nas ações de educação ambiental que devem ser desenvolvidas durante a vigência;

Paragrafo Único: Quando não for possível a ASCAMPA coletar o material reciclável na sede do Campus Palmas e Reitoria, o IFTO, dentro das possibilidades logísticas administrativas, transportará o material reciclável coletado até a sede da Associação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação não envolve a transferência de recursos financeiros entre as partes acordantes.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGENCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica terá vigência de 02(dois) anos, a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme os objetivos alcançados.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente acordo de cooperação poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, por meio de Termos Aditivos; bem como rescindido de comum acordo entre as partes, a qualquer tempo; ou por inadimplência total ou parcial de quaisquer das obrigações ou condições pactuadas, mediante notificação por escrito à parte inadimplente.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes do presente Acordo, serão dirimidos administrativamente pelos partícipes.

CLAUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

De conformidade com o disposto no parágrafo único do Art. 61 da Lei 8.666/93, o presente Instrumento será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, no prazo de 20 (vinte) dias após a assinatura deste Termo de Cooperação, Às expensas e por iniciativa da IFTO.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Por estarem de acordo e para validade do que pelas partes foi pactuado, firmam o presente instrumento em 03(três)vias de igual teor.

Palmas, 08 de Agosto de 2014.



Francisco Nairton do Nascimento
Reitor do IFTO



Octaviano Sidnei Furtado
Diretor Geral IFTO Campus Palmas



Terezinha de Jesus Lima de Sousa
Presidente ASCAMPA

ANEXO D – IMAGENS DA A3P NO ÂMBITO DO IFTO



Reaproveitamento de Pneus como Vaso de Plantas – *Campus Porto Nacional*



Coleta de Papelão – *Campus Palmas*



ASCAMPA – Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas



Canecas/copos Individuais – Campus Araguatins



Coleta Seletiva de Papel A4 – Reitoria



Coleta Seletiva de Lixo – Reitoria

Não use copos descartáveis

Na luta para salvar a natureza
o copo descartável é o vilão da vez

Cada copo demora
em média **300 ANOS** para
se decompor



Poderiam nascer
e morrer
3 Niemeyers

Acontecer
75 copas
do mundo

100 turmas
de curso superior
se formariam

Além do mais:

- O plástico não é biodegradável;
- O plástico provém do petróleo (fonte não renovável que demora anos para se formar, além do grande impacto ambiental para extrai-lo;
- Sua vida útil é muito pequena, às vezes chega a durar 13 segundos após sair do display;
- Estão em número cada vez maior nos aterros sanitários;
- Sua produção gasta muita água e energia elétrica;
- O poliestireno do copo descartável em contato com bebidas quentes libera o estireno, que é um monômero tóxico apontado como cancerígeno.

Vamos juntos reduzir a produção de
lixo em nosso ambiente de trabalho.

Não use mais copos descartáveis.

Use somente
Squeeze
copos de vidros
e canecas individuais



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
TOCANTINS

Ministério da
Educação





Adesivos de Conscientização – Reitoria

ANEXO E – INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P

INDICADORES DE DESEMPENHO DA A3P

Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
1. Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos	1.1. Energia	1.1.1.	Consumo de energia elétrica	Quantidade de kwh consumidos	mensal e anual
		1.1.2.	Consumo de energia elétrica per capita	Quantidade de Kwh consumidos / total de servidores	mensal e anual
		1.1.3.	Gasto com energia	Valor da fatura em reais (R\$)	mensal e anual
		E1.1.4.	Uso de energia renovável – percentual	(Total de Kwh de energia elétrica a partir de fontes renováveis /total de kwh de energia elétrica) x 100	mensal e anual
		E1.1.5.	Energia elétrica economizada – percentual	(Total de Kwh de energia elétrica no mês 2 – total de kwh de energia no mês 1 / total de energia elétrica) x 100	mensal e anual
		E.1.1.6.	Uso de lâmpadas fluorescentes eficientes	Quantidade (unidades) de lâmpadas incandescentes substituídas por lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho na área de iluminação	anual
		E.1.1.7.	Uso de sistema de controle de iluminação por timer ou foto célula	Informar se utiliza ou não sistema de controle de iluminação	anual
	1.2. Água	1.2.1.	Volume de água utilizada	Quantidade de m ³	mensal e anual
		1.2.2.	Volume de água per capita	Quantidade de m3 de água/ total de servidores	mensal e anual
		1.2.3.	Gasto com água	Valor da fatura em reais (R\$)	mensal e anual
		A1.2.4.	Consumo de água mineral	Total de galões de água mineral (20 litros) adquiridos	mensal e anual
		A1.2.5.	Gasto com aquisição de água mineral	Valor gasto com compra de galões de água mineral em reais (R\$)	mensal e anual
		E.1.2.6.	Reutilização de Água	Total de m3 de água cinza (servida) + Total de m3 de água captada da chuva	anual
		E.1.2.7.	Uso de hidrômetros individualizados para controle do consumo de água	Informar se utiliza ou não sistema de controle de individualização de despesa com água	anual
		E.1.2.8.	Uso de equipamentos hidráulicos eficientes	Informar se utiliza ou não equipamentos hidráulicos eficientes	anual
	1.3. Copos Descartáveis	1.3.1.	Consumo de copos de 200 ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 200 ml utilizados	mensal e anual

Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
		1.3.2.	Consumo de copos de 50ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos descartáveis de 50 ml utilizados	mensal e anual
		1.3.3.	Consumo per capita de copos de 200ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 200 ml / quantidade de servidores	mensal e anual
		1.3.4.	Consumo per capita de copos de 50ml descartáveis	Quantidade (unidades) de copos de 50 ml / quantidade de servidores	mensal e anual
		1.3.5	Gasto com aquisição de copos descartáveis	Valor (R\$) gasto com a compra de copos descartáveis (200ml + 50 ml)	mensal e anual
		E.1.3.6.	Utilização de utensílios não descartáveis	Quantidade (unidades) de xícaras + copos + garrafas produzidos a partir de material permanente	mensal e anual
		E.1.3.7.	Percentual de uso de utensílios não descartáveis	Quantidade total de utensílios não descartáveis (xícaras+copos permanentes)/ quantidade total de copos descartáveis utilizados (50 ml + 20ml) x 100	mensal e anual
	1.4. Papel	1.4.1.	Consumo mensal de papel branco (clorado)	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco utilizadas	mensal e anual
		1.4.2	Consumo per capita de papel branco (clorado)	Quantidade (unidades) de folhas de papel branco clorado utilizadas / quantidade de servidores	mensal e anual
		1.4.3	Consumo mensal de papel não clorado e reciclado	Quantidade (unidades) de papel não clorado + Quantidade (unidades) de papel reciclado utilizado	mensal e anual
		1.4.4.	Gasto com aquisição de papel branco (clorado)	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco (clorado)	mensal e anual
		1.4.5.	Gasto com aquisição de papel reciclado	Valor (R\$) gasto com a compra de papel reciclado (clorado)	mensal e anual
		1.4.6	Gasto com aquisição de papel não-clorado	Valor (R\$) gasto com a compra de papel não-clorado	mensal e anual
		E.1.4.7.	Percentual de papel reciclado e não clorado	(Quantidade total de papel reciclado + quantidade total de papel não-clorado/ quantidade total de papel branco (clorado) x 100	mensal e anual
		E.1.4.8.	Emissão de CO2	Quantidade de resmas de papel (500 folhas) consumidas x 3,5 Kg de CO2	anual

Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
	1.5. Transporte Aéreo	1.5.1.	Gasto com passagens aéreas nacionais	Valor (R\$) gasto com a compra de passagens aéreas nacionais	mensal e anual
		1.5.2.	Gasto com passagens aéreas internacionais	Valor (R\$) gasto com a compra de passagens aéreas internacionais	mensal e anual
		1.5.3.	Milhas percorridas no país	Quantidade de milhas percorridas no país	mensal e anual
		1.5.4.	Milhas percorridas no exterior	Quantidade de milhas percorridas no exterior	mensal e anual
		E.1.5.5.	Utilização de videoconferências	Quantidade de videoconferências realizadas	mensal e anual
		E.1.5.6.	Emissão de CO2	Distância (Km) percorrida x 0,11 Kg CO2	anual
	1.6. Transporte Terrestre	1.6.1.	Frota total	Quantidade de veículos utilizados no transporte de funcionários	mensal e anual
		1.6.2.	Quilometragem percorrida	Quantidade de quilômetros percorridos	mensal e anual
		1.6.3.	Consumo de Gasolina	Quantidade (litros) de gasolina consumida	mensal e anual
		1.6.4.	Consumo de Álcool	Quantidade (litros) de álcool consumido	mensal e anual
		1.6.5.	Gasto com combustível	Valor (R\$) gasto com o abastecimento de veículos	mensal e anual
		E.1.6.6.	Emissão de CO2	Quantidade (litros) de gasolina consumida x 2,63 KgCO2/l	anual
2. Gestão adequada dos resíduos gerados	2.1. Coleta Seletiva	2.1.1.	Reciclagem de papel	Quantidade (Kg) de papel destinado à reciclagem	mensal e anual
		2.1.2.	Reciclagem de papelão	Quantidade (Kg) de papelão destinado à reciclagem	mensal e anual
		2.1.3.	Reciclagem de Toner	Quantidade (unidades) de toner destinados à reciclagem	mensal e anual
		2.1.4.	Reciclagem de Plástico	Quantidade (Kg) de plástico destinado à reciclagem	mensal e anual
		E.2.1.5.	Total de material reciclável destinado às cooperativas	Kg de Papel + Kg de Papelão + Kg de Plástico+ Kg de plástico destinados à reciclagem	mensal e anual
		E.2.1.6.	Reutilização de Papel	Quantidade (Kg) de papel reutilizado	mensal e anual

Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
	2.2. Resíduos Perigosos	2.2.1.	Descarte de lâmpadas fluorescentes	Quantidade (unidades) de lâmpadas trocadas	mensal e anual
		2.2.2.	Descarte de pilhas e baterias	Quantidade (Kg) de pilhas e baterias descartadas	mensal e anual
		E.2.2.3.	Logística reversa de lâmpadas fluorescentes	Quantidade (unidades) de lâmpadas recicladas pela empresa prestadora do serviço	anual
	2.3. Resíduos Eletroeletrônicos	2.3.1.	Descarte de computadores	Quantidade (unidades) de computadores inutilizados/ obsoletos descartados	mensal e anual
		2.3.2.	Descarte de impressoras	Quantidade (unidades) de impressoras inutilizadas/ obsoletas descartadas	mensal e anual
		2.3.3.	Descarte de aparelhos telefônicos inutilizados/ obsoletos	Quantidade (unidades) de aparelhos telefônicos inutilizados	mensal e anual
		2.3.4.	Descarte de aparelhos de fax inutilizados/obsoletos	Quantidade de aparelhos de fax inutilizados/ obsoletos	mensal e anual
	2.4. Plano de Gestão de Resíduos	2.4.1.	Definição de Plano de Gestão de Resíduos	Informar se há Plano de Gestão de Resíduos Sólidos	anual
3. Licitações Sustentáveis	3.1. Ar condicionado	3.1.1.	Sistema de ar condicionado eficiente	Quantidade de equipamentos adquiridos (unidades)	anual
		3.1.2.	Substituição de equipamentos antigos por equipamentos com sistema eficiente	Quantidade de equipamentos substituídos (unidades)	anual
		3.1.3.	Uso de sistema de automação	Informar se utiliza ou não equipamentos hidráulicos eficientes	anual
	3.2. Iluminação	3.2.1.	Aquisição de lâmpadas eficientes	Quantidade (unidades) de lâmpadas fluorescentes com selo Procel-Inmetro de desempenho adquiridas	anual
		E.3.2.2.	Uso de reatores eletrônicos com alto fator de potência	Quantidade (unidades) de reatores adquiridos	anual
		E.3.2.3.	Uso de luminárias reflexivas de alta eficiência	Quantidade (unidades) de luminárias adquiridas	anual

Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
	3.3. Água	3.3.1.	Aquisição de torneiras com válvulas redutoras de pressão e temporizadores	Quantidade (unidades) de torneiras adquiridas	anual
		3.3.2.	Aquisição de torneiras com sensores ou fechamento automático	Quantidade (unidades) de torneiras adquiridas	anual
		3.3.3.	Aquisição de sanitários com válvulas de descarga com duplo acionamento ou a vácuo	Quantidade (unidades) de sanitários adquiridos	anual
		3.3.4.	Porcentagem de equipamentos economizadores de água adquiridos	(Quantidade de equipamentos economizadores de água adquiridos / total de equipamentos hidráulicos utilizados) x 100	anual
	3.4. Papel	3.4.1.	Aquisição de papel A4 100% reciclado para impressão	Quantidade (Kg) de papel não clorado adquirido	anual
		3.4.2.	Aquisição de papel não clorado para impressão	Quantidade (Kg) de papel reciclado adquiridos	anual
		3.4.3.	Aquisição de envelope de papel 100% reciclado	Quantidade (Kg) de envelopes de papel adquiridos	anual
		3.4.4.	Porcentagem de papel 100% reciclado adquirido	Quantidade (Kg) de papel 100% reciclado adquirido / total de papel adquirido	anual
	3.5. Madeira	E.3.5.1.	Aquisição de madeira certificada	Informar materiais adquiridos que foram produzidos a partir de madeira certificada	anual
	3.6. Veículos	3.6.1.	Aquisição de veículos flex	Quantidade de veículos flex adquiridos	anual
		E3.6.2.	Aquisição de veículos movidos a biocombustíveis	Quantidade de veículos movidos a biocombustíveis adquiridos	
	3.7. TI Verde	3.7.1.	Aquisição de estações de trabalho	Quantidade (unidades) de equipamentos adquiridos com base na Portaria SLTI nº 2	anual
		3.7.2.	Aquisição de netbook	Quantidade (unidades) de netbook adquiridos com base na Portaria SLTI nº 2	anual
		3.7.3.	Aquisição de impressoras frente-verso	Quantidade (unidades) de impressoras frente-verso adquiridas	anual

Tema	Subtema	Código	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
	3.8. Serviços de Limpeza	E3.8.1.	Materiais biodegradáveis	Informar sobre a inclusão, no contrato, de material de limpeza biodegradável	anual
	3.9. Serviços de Copa	3.9.1.	Copos permanentes	Quantidade (unidades) de copos plásticos substituídos por copos não descartáveis	anual
4. Qualidade de vida no trabalho	4.1. Qualidade de vida no trabalho	4.1.1.	Saúde e qualidade de vida	Informar sobre os programas existentes para promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores	anual
		4.1.2.	Redução do stress no trabalho	Informar as ações para diminuir o estresse e promover a interação dos servidores	anual
		4.1.3.	Participação dos servidores nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	(Quantidade de servidores que participaram de programas ou ações de qualidade de vida/ total de servidores da instituição) x 100	anual
	4.2. Segurança no serviço e acessibilidade	4.2.1.	Comissão Interna de prevenção de acidentes	Informar se há ou não Comissão	anual
		4.2.2.	Brigada contra incêndios	Informar se há ou não Brigada	anual
		4.2.3.	Acesso apropriado para portadores de deficiência	Informar se há ou não acesso apropriado	anual
5. Sensibilização e Capacitação	5.1. Ações de sensibilização para os servidores	5.1.1.	Curso para servidores	Listar os cursos realizados	anual
		5.1.2.	Campanhas	Listar as campanhas realizadas	anual
		5.1.3.	Publicações	Listar as publicações	anual
		5.1.4.	Comunicação	Listar as estratégias de comunicação utilizadas	anual
		5.1.5.	Palestras	Listar palestras realizadas	anual
	5.2. Capacitação de servidores	5.2.1.	Plano/Programa de capacitação de servidores	Informe se a instituição possui plano ou programas para capacitação dos servidores	anual
		5.2.2.	Servidores capacitados	Número de servidores capacitados	anual